



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Clarissa Araújo da Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivanete Boschetti

**Trabalho terceirizado e precarizado: condições de vida dos/as trabalhadores/as da
construção civil no DF**

Brasília, Dezembro de 2016.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Clarissa Araújo da Silva

**Trabalho terceirizado e precarizado: condições de vida dos/as trabalhadores/as da
construção civil no DF**

Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^ª . Dr^ª Ivanete Salete Boschetti.

Brasília, Novembro de 2016

Trabalho terceirizado e precarizado: condições de vida dos/as trabalhadores/as da construção civil no DF

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social será defendido em 12/12/2016 perante a banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ivanete Salete Boschetti - Orientadora

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Evilásio da Silva Salvador

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

Prof. Mestre Antonio Santos Barbosa de Castro

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão

DEDICATÓRIA

*“À todas as famílias que um dia
choraram a morte de um\o trabalhador\o
da Construção Civil”.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a minha mãe, Zeuda, a pessoa que mais amo na vida, a mulher mais simples e honesta que já conheci e ao meu pai Clarimundo Campos, o homem mais batalhador do mundo, que criou a mim e aos meus 8 irmãos com muito amor. Agradeço aos meus irmãos mais novos, Tiago e Larissa, meus amigos da vida inteira. Agradeço ao Caio, meu companheiro, meu amor, que esteve ao meu lado durante todo esse processo.

Aos/as professores/as do meu curso, a quem devo minha formação e meu compromisso ético-político com o Serviço Social e a sociedade. Agradeço aos/as colegas de curso, com quem conjuntamente cresci, em especial a Linidelly e Mayara, juntas aprendemos tantas coisas, foram tantas viagens, tantas aulas, tantas risadas, sem elas eu não seria a mesma.

Agradeço aos/as meus/minhas companheiros/as de militância que sempre me deram muita força e inspiração para lutar, em especial aqueles/as que constroem comigo o MAIS e o Coletivo Desconstruir. Agradeço a oportunidade que tive de compor o Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho, que me proporcionou algumas das mais prazerosas discussões que tive na UnB. Agradeço à Clara minha supervisora de estágio, uma inspiração como futura assistente social. Agradeço aos trabalhadores que me concederam a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre suas vidas.

Agradeço toda a minha banca, Ivanete Boschetti minha orientadora, mais uma das mulheres que me inspiram, espero um dia ser ao menos 10% da profissional que ela é, agradeço ao Evilásio Salvador, meu professor de Planejamento, Administração e Gestão Social com quem muito aprendi e ao Toni, meu companheiro de militância que sempre me acode quando tenho alguma dúvida teórica sobre algum conceito ou quando preciso de um livro emprestado, enfim, me sinto muito honrada de ter três grandes referências com quem tanto aprendi e pretendo continuar aprendendo, na minha banca.

Por fim, agradeço a cada militante que um dia lutou para que eu tivesse oportunidade de estar aqui agora, estudando em uma Universidade Pública, tendo acesso a vale-transporte, a Saúde Pública, a Assistência Social e estudantil para mim não é pouco ser a primeira filha de 9 filhos a entrar e se formar no ensino superior, sei que ainda há muito a se conquistar, e nesses tempos tão difíceis que dá medo até de sonhar, agradeço por ter pessoas na minha vida que ainda sonham.

RESUMO:

Na última década com o desenvolvimento neoliberal e avanço da flexibilização do trabalho a configuração do mundo do trabalho no Brasil passou por significativas transformações, principalmente quando relacionamos as mudanças nos moldes de contratação, pois apesar de um aumento do número de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada esse avanço se refletiu sobre os setores de trabalho mais precarizados, dentre os setores destaca-se o ramo da Construção Civil, categoria fortemente afetada pela processo de precarização do trabalho.

Para além dos problemas acarretados as condições de trabalho, também deve ser levado em consideração o impacto desse processo na vida pessoal e familiar da classe trabalhadora, em especial na construção civil, pois com baixos salários, mais horas dedicadas ao trabalho do que as suas famílias e todo o estresse emocional acarretado pela falta de segurança e controle social sofrido no trabalho pode-se dizer que de alguma forma esse novo modelo de contratação influencia o modo de vida destes trabalhadores/as.

PALAVRAS-CHAVE: Terceirização, Precarização, Construção Civil, Trabalhadores e Trabalhadoras, Vida e Trabalho.

EPIÍGRAFE

(...)

Em pleno ano de 2015 somos mantidos em senzalas modernas.

Somos escravizados em subempregos humilhantes.

Em pleno ano de 2015 construímos os bairros que seremos proibidos de entrar, os carros que nunca dirigiremos, os prédios que subiremos pelo elevador de serviço.

Enquanto a polícia não nos mata e forja uma troca de tiros na cena do crime, nos deixam ler apenas os livros que ampliam nossa submissão.

Dentro ou fora das prisões, não temos permissão para ler escritos libertários e revolucionários. Os textos que normalmente temos contato durante toda nossa sofrida existência são os parágrafos contidos em obituários, inquéritos policiais e processos judiciais com nossos nomes ou de parentes e amigos.

As ruínas abaixo da linha da indignação me ensinaram que pessoas comuns cometem crimes por necessidade ou indução.

Já a classe abastada rouba merenda, espalha vírus, vicia, alcooliza, esconde a cura de doenças por ganância e egoísmo.

Aprendi que nas grades insalubres do sistema penitenciário estão as vítimas, e que nos endereços mais valorizados e vigiados do país moram os tiranos na nação.

Não tenho medo de exteriorizar os meus sentimentos, minhas convicções e principalmente meu ódio.

Eu quero que todo jato abastecido com sangue do mais humilde exploda.

Eu quero que toda mansão erguida sobre cadáveres de excluídos seja assaltada e queimada, e que todo opressor nutrido com suor e as lágrimas de um oprimido seja dizimado por armas de grosso calibre, desenhadas por seus próprios projetistas e produzidas em suas próprias fábricas.

(...)

**A VOZ DO FAVELADO
EDUARDO TADDEU**

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELAS:

Tabela 01- Orçamento Geral da União (Executado em 2014) – Total = R\$ 2,168 trilhões

Tabela 02 - Composição do gasto com trabalho e emprego Brasil de 2002 a 2015 em porcentagem do PIB.

Tabela 03 - Estoque de trabalhadores na construção civil por localidade 2010 até 2015

Tabela 04 - Estoque De Trabalhadores na Construção Civil (Por Gênero) em 2015

Tabela 05- Estoque de trabalhadores na construção civil segundo o grau de instrução no Brasil - 2015

Tabela 06- Horas Semanais Médias Trabalhadas pelos Ocupados no Trabalho Principal, por Raça/Cor no DF 2009 – 2010

Tabela 07- Pisos mínimos a partir de 01 de maio de 2016

QUADROS:

Quadro 01 - Mudanças Ocasionadas com MP 664 e 665

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AETA - Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CF – Constituição Federal

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FMI – Fundo Mundial Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MP- Medida Provisória

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS- Relação anual de informações sociais

STICMB - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do mobiliário de Brasília

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I – SENTIDOS DO TRABALHO NO CAPITALISMO

1. Trabalho como essência do desenvolvimento humano.....	14
2. A classe trabalhadora sob o domínio capitalista.....	15
3. Capitalismo contemporâneo e trabalho.....	22

CAPÍTULO II – AS CRISES DO CAPITALISMO E O NEOLIBERALISMO: IMPACTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

1. As Crises do capitalismo e suas contradições.....	29
2. América Latina, um cenário de superexploração da classe trabalhadora ...	32
3. Neoliberalismo e seus impactos sob o mundo do trabalho.....	37
4. Particularidades brasileiras.....	39

CAPÍTULO III – TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: O CASO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO DF

1. Caracterização do processo de terceirização do trabalho no Brasil.....	50
2. O Ramo da Construção Civil e influências da Terceirização.....	54
3. Segurança, saúde e direitos no trabalho na Construção Civil.....	59
4. As Condições de vida e trabalho do/as trabalhadores/as da Construção Civil no DF...61	
4.1. A Luta Cotidiana pelo Trabalho e pela Vida	63

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
----------------------------------	-----------

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	75
---------------------------------------	-----------

ANEXOS.....	79
--------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso se dedica a compreender o processo de terceirização e precarização do trabalho no ramo da construção civil no Distrito Federal, a fim de elucidar como esse modelo de contratação vem impactando a vida dos/as trabalhadores/as e suas famílias, com base no contexto social, econômico e cultural.

Instigada por tais questões, este trabalho busca apreender como vem sendo estabelecidas relações de trabalho no ramo da construção civil no Distrito Federal e Entorno. Em contexto de crise do capital e avanço do neoliberalismo, bem como suas implicações nas condições de vida das famílias que dependentes salários para sobreviver é preciso compreender como estes trabalhadores vivem e como o trabalho afeta suas relações sociais.

A pesquisa teve como objetivo geral compreender como a terceirização no ramo da construção civil vem afetando a vida e trabalho do/as trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as. Buscou-se identificar o perfil destes trabalhadores com base na sua condição de precariado e como se desenvolve suas condições de vida e trabalho, que tendem a dedicar mais tempo ao seu trabalho do que a sua família, lazer, esportes, cultura ou estudos.

Os objetivos específicos consistiram em 1) Identificar quais foram os motivos que levaram estes trabalhadores a escolherem a Construção Civil como campo de trabalho; 2) identificar se os baixos salários e má condições de trabalho estão obrigando que as famílias de trabalhadores e trabalhadoras da construção civil procurem outros meios de complementação de renda; 3) identificar o perfil dos/as trabalhadores e trabalhadoras a partir de um recorte de raça, classe e gênero; 4) constatar se estes trabalhadores e trabalhadoras tem todos os seus direitos trabalhistas assegurados; 5) verificar se estes trabalhadores são representados por seus sindicatos e demais categorias da classe; 6) compreender se os baixos salários e a super exploração da força de trabalho afetam as relações familiares; 7) verificar se estes trabalhadores/as demandam benefícios socioassistenciais e realizar um levantamento quanti-qualitativo de publicações sobre o tema no DF.

Este trabalho de conclusão de curso teve como método de abordagem o materialismo histórico dialético, que leva em consideração a totalidade dos complexos sociais que envolvem o mundo do trabalho e suas contradições, a partir da mediação dos conflitos, contextos, forças social, atores e todas as determinações da realidade e todas as categorias antagônicas e contraditórias que refletem sobre a totalidade da realidade.

Foram realizadas pesquisas documentais de leis, relatórios técnicos, listagens, boletins do DIEESE, dados da RAIS, e estatísticas no geral. A pesquisa bibliográfica funcionou como mecanismo de identificar se existem publicações teóricas tais como livros, artigos, reportagens, teses, anais, dissertações e revistas sobre o tema de forma quanti-qualitativa a fim de entender não só se os pesquisadores se envolvem com o tema, mas, também como o mesmo vem sendo abordado e quais as principais problematizações levantadas.

O roteiro de entrevista teve a finalidade de identificar na experiência individual e subjetiva dos trabalhadores entrevistados, analisando como estes se enxergam como trabalhadores/as inseridos/as no processo de exploração da força de trabalho, quais suas particularidades, como se inseriram no campo de trabalho e como se estabelecem suas relações sociais dentro e fora do canteiro de obras.

Foram entrevistados quatro trabalhadores, três foram encontrados por busca ativa em canteiros de obras no Plano Piloto e outro, encontrado por indicações em Formosa, no Entorno do DF. Todos eles eram terceirizados, mas o regime de contratação se distinguia entre formal (com carteira assinada) e informal (sem carteira assinada).

Por meio dos instrumentos de pesquisa apresentados procurou-se compreender como se deu o processo de exploração da classe trabalhadora dentro de um contexto de crise marcado por medidas neoliberais que se fortalecem, como a terceirização, flexibilização do trabalho e a precarização como um todo.

O primeiro capítulo aborda a “essência do trabalho”, partindo da análise marxiana de trabalho como fundamento ontológico do ser social (LESSA E TONET, 2011, P. 26), que tem na produção e reprodução do trabalho os meios necessários para garantir sua sociabilização e desenvolvimento. A partir desta análise é feito um estudo sobre o desenvolvimento do trabalho desde seus primórdios até a fase do capitalismo contemporâneo, onde a exploração se intensifica ainda mais que nos períodos anteriores, graças às novas formas de dominação tecnológicas e ideológicas que surgiram.

O segundo capítulo se inicia abordando crise estrutural do capital que se manifesta como um mecanismo gerador de ainda mais instabilidade e desregulamentação de direitos, que de forma contraditória ao mesmo tempo denunciam as contradições do capitalismo, fazem com que ele se desenvolva, criando novas formas de exploração. O principal exemplo levantado, que exemplifica esta afirmação, é o surgimento do neoliberalismo, que acarretou

medidas neoliberais, que transformam o mundo do trabalho e as relações sociais em pró da reestruturação produtiva.

O capítulo ainda reflete acerca das condições impostas aos países de capitalismo tardio, como por exemplo, o caso brasileiro, onde a classe trabalhadora sofre duplamente com a superexploração do trabalho, pois, ao mesmo tempo, o capitalista que lucra com a intensificação da exploração do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, também lucra com o com as baixas remunerações, que afetam sua própria subsistência humana.

O terceiro capítulo inicia-se falando sobre o precariado, que é a parcela do proletariado que mais sofre com a superexploração, pois recebe os mais baixos salários e tem maior flexibilização dos direitos trabalhistas. É justamente neste grupo que se encaixam os/as trabalhadores/as da construção civil, categoria produtiva que sofreu forte processo de terceirização. Este processo se intensificou após a implementação do neoliberalismo, que gerou importantes impactos para a classe trabalhadora. Destaca-se as flexibilizações da relação de trabalho acarretadas pela reestruturação produtiva, que provocam grande rotatividade no trabalho, baixos-salários, controle social sobre o trabalho, ocupação de campos de trabalho estruturalmente precarizados que trazem riscos à saúde e segurança dos/as profissionais.

Este capítulo é concluído com base na análise do estudo empírico realizado, explicitando como se deu o diálogo com os trabalhadores entrevistados e quais os principais dados levantados, a fim de alcançar os objetivos (geral e específicos). Adianta-se que foi possível identificar elementos que apontam para relação da superexploração de trabalho que acarreta em dificuldades para a sociabilização familiar.

CAPÍTULO I

SENTIDOS DO TRABALHO NO CAPITALISMO

Compreender o mundo do trabalho e suas transformações perpassa por entender a história da humanidade e as relações sociais desenvolvidas ao longo dos séculos. É impossível estudar o mundo do trabalho sem antes refletir sobre o surgimento do trabalho e sua relação com a natureza.

1.1. Trabalho como essência do desenvolvimento humano

Marx (2012, p. 23), em seu texto “Crítica ao Programa de Gotha” escrito em 1875 como uma carta com uma série de críticas e sugestões sobre o programa do Partido Social-democrata da Alemanha, faz uma importante observação se referindo ao texto apresentado, que já em seu primeiro parágrafo apresentava: “O trabalho é a fonte de toda a riqueza e cultura”. Marx replica a frase ao defender que o trabalho na verdade não é a fonte de toda a riqueza, e sim que “a natureza é fonte dos valores de uso, tanto quanto é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana”.

Entende-se que o ser humano não é um ser “superior” em relação à natureza, mas sim que ele é um ser dependente da mesma, e é por meio da interação com a mesma e sua transformação que se desenvolve a humanidade. Lessa e Tonet (2011), ao parafrasear Marx, explicam que ao desenvolver o trabalho homens e mulheres também se desenvolvem e se constituem quanto seres sociais, desenvolvendo a sociabilidade humana e transformando sua realidade.

O trabalho é o fundamento do ser social porque ao transformar a natureza, cria base, também material, indispensável a natureza, dos (as) homens (e mulheres). Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os (as) homens (e mulheres) também se transformem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório). (LESSA E TONET; 2011; P.26)

De acordo com suas necessidades concretas o ser humano passa a transformar os elementos da natureza em instrumentos de trabalho que auxiliaram na manutenção de sua sobrevivência (caça, pesca, agricultura, transporte e autodefesa) em um processo de previa-

ideação¹. Ao transformar estes elementos ele vive uma série de experiências que poderão ter resultados negativos ou positivos. É mediante a vivência dessas experiências que ele adquire um novo conhecimento, que poderá sociabilizar com outras pessoas e assim transformar a sua realidade e sociabilidade.

I) Para existirem, os homens devem necessariamente transformar a natureza. Esse ato de transformação é o trabalho. O trabalho é o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza. É, sempre, a objetivação de uma prévia-ideação e a resposta a uma necessidade concreta. Da prévia-ideação à sua objetivação: isso é trabalho.

II) Ao transformar a natureza, o indivíduo também transforma a si próprio e a sociedade:

1. todo ato de trabalho produz uma nova situação, na qual novas necessidades e novas possibilidades irão surgir;
2. todo ato de trabalho modifica também o indivíduo, pois este adquire novos conhecimentos e habilidades que não possuía antes, bem como novas ferramentas que também antes não possuía;
3. todo ato de trabalho, portanto, dá origem a uma nova situação tanto objetiva quanto subjetiva. Essa nova situação possibilitará aos indivíduos novas prévias-ideações, novos projetos e, desse modo, novos atos de trabalho, os quais, modificando a realidade, darão origem a novas situações, e assim por diante. (LESSA E TONET, 2011; P. 21/22)

O trabalho humano produtivo², diferentemente das ações executadas por outros animais, não é instintivo ou fruto de determinações genéticas, pois os seres humanos vivenciam um processo teleologicamente direcionando suas ações. Ao originar novas possibilidades de transformação da natureza concebe novas necessidades, por exemplo; quando o ser humano produz novos materiais de higiene surge a necessidade da auto-higienização, ao inventar instrumentos para auxiliar no preparo de alimentos como faca, colheres e panelas, surge a necessidade de utilização dos mesmos, quando desenvolve novas tecnologias também aumenta a necessidade de utilização das mesmas e a criação destes novos instrumentos passa a ser uma necessidade para toda a sociedade, ao inserí-los em seu modo de vida a ponto de não saber mais viver sem estes instrumentos (que passaram a ser cada vez mais aprimorados).

Segundo Netto e Braz (2007), durante o processo de ação material que objetiva a transformação física da natureza, criando novos conhecimentos que são transmitidos de pessoa para pessoa, a linguagem humana e seu desenvolvimento que acarretam a comunicação entre indivíduos foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, e por consequência de toda a humanidade.

¹ A prévia-ideação é sempre uma resposta, entre outras possíveis, a uma necessidade concreta. Portanto, ela possui um fundamento material último que não pode ser ignorado. Nenhuma prévia-ideação brota do nada, ela é sempre uma resposta a uma dada necessidade que surge em uma situação determinada. (LESSA, 2011, P. 20)

² Mais à frente segue a conceituação entre trabalho produtivo e improdutivo de acordo com a elaboração de Marx, que difere da conceituação de Lessa com a qual apresento desacordo.

1.2. A classe trabalhadora sob o domínio capitalista

O trabalho surge a partir das sociedades primitivas, que até então não exerciam a exploração de outros seres humanos, o trabalho refletia a necessidade de manutenção do indivíduo e sua tribo, por meio da caça, pesca, coleta de alimento, atividades que se desenvolveram, dando origem a agricultura e pecuária que permitiram o desenvolvimento das tribos, dando origem a divisão social do trabalho e a produção de mercadorias, que subsequente ao seu desenvolvimento, passou a produzir cada vez mais, mercadorias excedentes, dando vida ao que Marx chama de produção mercantil simples.

O escravo não tinha valor algum para os bárbaros da fase inferior. Por isso os índios americanos relativamente aos seus inimigos vencidos agiam de maneira bastante diferente da usada na fase superior. A tribo vencedora matava os homens derrotados, ou adotava-os como irmãos; as mulheres eram tomadas como esposas, ou, juntamente com seus filhos sobreviventes, adotadas de qualquer outra forma. Nessa fase, a força de trabalho do homem ainda não produz excedente apreciável sobre os gastos de sua manutenção. Ao introduzirem-se, porém, a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte do tecido e, por fim, a agricultura, as coisas ganharam outra fisionomia. Principalmente depois que os rebanhos passaram definitivamente à propriedade da família, deu-se com a força de trabalho o mesmo que havia sucedido com as mulheres, antes tão fáceis de obter e que agora já tinham seu valor de troca e eram compradas. A família não se multiplicava com tanta rapidez quanto o gado. Agora eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizado para isso o prisioneiro de guerra que, além do mais, poderia multiplicar-se tal como o gado. (ENGELS;; 1984; P. 58).

Engels (1984) explica que com a acumulação de mercadorias, as sociedades primitivas passam a enxergar a possibilidade de escravização de membros de outras tribos, pois se antes eles brigavam até a morte, agora poderiam escravizá-las e assim garantir o aumento da sua produção.

Lessa e Tonet (2011) ao dialogar com Engels, afirmam que o sistema escravista passou a dividir a sociedade entre senhores e escravos, entrou em sua fase de esgotamento quando os senhores passam a ter uma quantidade de escravos muito maior do que sua capacidade de contê-los, pois foi necessária a criação de mecanismos de repressão (o exército, a burocracia, e funcionários públicos) que custavam um investimento tão grande por parte dos senhores, que estes custos de manutenção da escravidão se tornam maiores do que o excedente produzido, o que fez o sistema escravista entrar em crise.

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta cisão manteve-se através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: São as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da

escravidão - a princípio franca, depois mais ou menos disfarçada. (ENGELS, 1984; p. 198).

Com o início do feudalismo, o modo de produção passa a adotar uma série de novas características, o senhor feudal³ garantia a proteção dos feudos e lhes oferecia parte da terra para morar e produzir. Se antes os trabalhadores eram legalmente escravizados, agora eles podiam trabalhar “livremente” em troca de moradia nos feudos e uma parcela da produção.

A condição servil dos camponeses era bem distinta da dos escravos – embora duramente explorados (não só pelo trabalho em terras dos senhores mas também pelos inúmeros tributos, inclusive o dízimo colhido pela igreja), dispunham de instrumentos de trabalho e retiravam seu sustento do que produziam nas glebas e nas terras comunais. (NETTO E BRAZ, 2007, P. 69).

A parcela da produção pertencente aos servos⁴ era mínima se comparada com a do senhor feudal. Mesmo assim estes tentavam garantir a produção de um excedente mesmo sendo tão pouco, e para isso aprimoraram ferramentas e técnicas de trabalho, de forma que o aumento da produção garantia melhor alimentação e conseqüentemente aumento populacional dos feudos e da produção. Embora nesta época o dinheiro já existisse, ele não era seu objeto, servia apenas como meio de troca. Como afirmam Lessa e Tonet:

Como os servos ficavam com uma parte da produção, começaram a desenvolver as técnicas e ferramentas. Com isso a produção aumentou, melhorou a alimentação e a população começou a crescer, o que fez surgir um excedente de população e de produção que serviram de base ao ressurgimento do comércio e, com ele, ao aparecimento da burguesia. (LESSA E TONET, 2011, P. 69)

Conforme mostram Netto e Braz (2011), O sistema feudal se mostra um tanto quanto inábil, e passa a apresentar os elementos que mais tarde irão caracterizar o seu colapso, que dará início a revolução burguesa.

Precisamente no século XIV, a produção em que fundamentalmente se baseava o regime feudal viu-se comprometida: as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos naquela época para recuperá-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão do cultivo fez-se á base da redução de áreas para a pecuária. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração da prata, com o que se travou fortemente o curso do dinheiro (sob a forma de moeda metálica) o que trouxe grades dificuldades ainda que temporárias, para a vida comercial. Acresça a isso um novo fenômeno – *peste negra, que vinda da Ásia em 1348, dizimou cerca de ¼ da população europeia* – e ter-se-á o quadro que vai erodir o regime feudal, que parecerá tão estável entre os séculos XI e XIV. (Netto e Braz, 2007, p. 71).

² O senhor feudal era o proprietário do feudo, unidade de terra. Possuía muitos servos, que trabalhavam para ele, cobrando várias taxas pela utilização de suas terras.

⁴ Na época feudal, os servos eram os indivíduos cujo serviço estava adstrito à gleba e se transferia com ela, embora não fosse escravo.

O processo de expansão comercial por meio das *companhias por ações* fez com que surgisse espaço para a abertura do comércio mundial, que possibilitou a descoberta e colonização de novos continentes. Em contraponto, a burguesia começa a crescer, e os artesãos e comerciantes passam a se tornar fundamentais dentro dos feudos, a ponto de passarem a explorar a força de trabalho de outros seres humanos, por meio da compra da mesma, garantindo assim um novo modelo de divisão social do trabalho.

Se anteriormente, procuravam trocar mercadorias por dinheiro que comprariam novas mercadorias, sob a nova ótica societária essa relação se altera significativamente. Marx (1974) explica que tanto pela pirataria e furtos, quanto pelo processo de contratação de trabalhadores/as artesãos, a sociedade passa a não só trocar dinheiro por mercadorias, mas trocar mercadorias por dinheiro, o que seria mais rentável.

Conforme Netto e Braz (2007) a revolução burguesa dá início ao fim dos feudos e abre espaço para a Revolução Industrial que concretizará a industrialização do mundo e simultaneamente a expansão capitalista, que dará origem a uma nova classe: o proletariado. O proletariado é formado pela parcela da população que necessita vender sua força de trabalho (sua única “mercadoria”) para sobreviver. Parte dessa classe foi expulsa dos feudos após a crise do feudalismo (e posteriormente a Revolução Burguesa), sendo obrigada a procurar emprego e moradia nas cidades que vinham se industrializando.

O meio de produção capitalista apresenta uma série de novas características se comparado com o feudalismo, pois agora os seres humanos são reconhecidos como trabalhadores livres que passam a viver da compra e venda da força de trabalho, todavia, esta relação não é tão simples quanto parece, pois um dos marcos desta relação está associado ao fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho para o proprietário dos meios de produção. Marx (1974), explica em seu texto “O Capital”, Capítulo XXIV que para consolidação do sistema capitalista esta relação é fundamental, pois garante “a separação entre produtor e meio de produção”.

...o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 1974, p. 637)

Partindo da análise de Marx (1974) conclui-se que refletir sobre o processo de trabalho é pensar em uma série de elementos que constituem o que denomina como conjunto de forças produtivas, que integram em primeiro lugar os *meios de trabalho*, que são as ferramentas, máquinas e até mesmo elementos da natureza como a terra. Em segundo lugar, Marx cita os *objetos de trabalho*, que se manifestam na forma de objetos já modificados pela ação humana que funcionam como centro da transformação e criação por meio do trabalho. O último elemento que compõe as forças produtivas é a *força de trabalho*, composta pela própria vida humana e suas capacidades teleológicas e físicas de transformar os objetos de trabalho das mais distintas maneiras.

A produção de mercadorias sob o regime capitalista está direcionada à criação de mercadorias que, em tese, deviam atender às demandas do mercado, de acordo com as necessidades sociais, produzindo mercadorias que poderão ter valor de uso e/ou valor de troca.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria, a merceologia⁵. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca. O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (valeur intrensèque), portanto uma *contradictio in adjecto*. Observemos a coisa mais de perto. (MARX, 1974, P. 166).

Segundo Marx, o valor de uso é o produto da sociedade capitalista, diretamente associado à necessidade de consumo da mercadoria, sendo nitidamente variável de acordo com uma série de fatores, já o valor de troca se direciona para troca com relação ao valor de outras mercadorias, variando de acordo com o tempo e espaço.

Para criar valores de uso é preciso garantir que o/a trabalhador(a) produza mercadorias, ou seja, é preciso que tenha trabalho concreto depositado na mesma, porém isso não significa que mercadorias comercializadas (trocadas) não tenham valor de troca, ao

⁵ Na sociedade burguesa domina a *fictionis juris*, que cada pessoa, como comprador, possui um conhecimento enciclopédico das mercadorias. (MARX, 1974, p. 166).

contrário, essas irão conter trabalho concreto e também o trabalho abstrato que é a forma que o valor de troca se desenvolve na relação entre as mercadorias.

O trabalho que cria valor de uso é o trabalho concreto (trabalho útil) [...] a criação de valores de uso é uma condição necessária à existência de qualquer sociedade, isso significa que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros. [...] Mas, ao examinarmos a mercadoria [...], constatamos que ela não é apenas valor de uso: é também valor de troca – e, para ser trocada, precisa ser comprada [...] quando o trabalho concreto é reduzido à condição de trabalho em geral; tem-se o trabalho abstrato. Na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato – mas não se trata, obviamente, dois trabalhos: trata-se da apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, trabalho concreto; do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato. (NETTO e BRAZ, 2011; p. 105).

Dentro do modo de produção capitalista tanto o trabalho abstrato quanto o concreto são necessários para garantir o ciclo do capital e a acumulação de mais-valia, pois embora o trabalho concreto esteja diretamente ligado ao valor de uso, o trabalho abstrato irá desenvolver sob a óptica da geração do valor de troca, ambos os trabalhos estão diretamente correlacionados na produção de mercadorias dentro da sociabilidade capitalista.

É o trabalho concreto que garante ao trabalhador a garantia de um espaço para a venda de sua única “mercadoria”, a força de trabalho (ao capitalista pertencem os meios de produção). É por meio da concretização da compra de sua força de trabalho que o capitalista consegue garantir a produção, tendo como reflexo deste processo, o lucro capitalista.

Observamos anteriormente que para o processo de valorização é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior. O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. Qualquer que seja, porém, a diferença de grau entre o trabalho do fiandeiro e o do joalheiro, a porção de trabalho com que o joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se distingue qualitativamente, de modo algum, da porção de trabalho adicional, com que gera mais-valia. Depois como antes, a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, que é em um caso o processo da produção de fios, em outro, o processo da produção de jóias. (MARX, 1996, p. 314).

Ao explicar o processo de produção de mais valia, Marx (1996) explica que para a produção de mercadorias é preciso que o capitalista tenha a propriedade privada dos meios de produção e, ao mesmo tempo, financie os objetos de trabalho e a força de trabalho. Quando a mercadoria produzida fica pronta, é retirada do seu valor de uso e valor de troca (sintetizados) a parcela referente ao pagamento de cada um destes elementos. Todavia é preciso refletir em

como será definido este valor de troca. Netto e Braz (2007), ao parafasear Marx, defendem que toda a riqueza socialmente produzida é fruto do trabalho, é justamente o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria que irá determinar seu valor de troca (preço).

Porém, ao retirar os valores para pagamento de cada um dos elementos financiados para o processo de produção de mercadorias, o capitalista acaba ficando com uma parte do valor referente aos direitos legais do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção. Ou seja, deste valor é retirada a parcela referente ao pagamento do salário do/a trabalhador(a), as horas excedentes de trabalho que o capitalista não pagou são nomeadas por trabalho não pago, esse trabalho não pago acaba gerando lucro ao capitalista, em outras palavras, esse processo leva à geração de mais valia.

A mais valia, assim, é fruto da relação de compra de mercadoria com dinheiro, que será transformado em uma nova mercadoria, fruto de todo o processo de produção capitalista, que será vendida por um valor maior do que o custo para o capitalista. É a partir desse novo modelo de divisão social do trabalho, onde humanos compram a força de trabalho de outros humanos que nascem duas classes sociais antagônicas, o proletariado e a capitalista (burguesia).

Ao refletir sobre como os processos de trabalho agregam valor às mercadorias, no modo de produção capitalista, Marx (2004), apresenta duas categorias extremamente importantes que irão caracterizar os modelos de trabalho e é considerado existente na sociabilidade capitalista, o trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O trabalho produtivo caracteriza-se em parte pelo emprego de força de trabalho que gera mais-valia para o capitalista.

Com o fim imediato e [o] produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega força de trabalho – que diretamente produz mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital.

Do simples ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se-nos concretamente em mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, e que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para seu executante mais-valia, representada por um subproduto, ou seja, um incremento excedente de mercadorias para o monopolizador dos meios de trabalho para o capitalista. (MARX, 2004; 125,126).

Partindo desta análise é possível concluir que somente os trabalhadores que trabalham com a produção direta de mercadorias, vendendo sua força de trabalho em troca de um

salário, e tendo dela retirado seu excedente não pago são trabalhadores produtivos, e que somente o trabalho que faz parte deste processo de produção é considerado trabalho produtivo.

O trabalho que não está diretamente ligado à produção de mercadorias, mas agregam valor ao ciclo do capital, gerando acumulação aos capitalistas é denominado por Marx(2004), como trabalho improdutivo, que também vive da sua condição de assalariado, portanto da venda da sua força de trabalho, mas não está diretamente ligado a produção de mercadorias.

1.3. Capitalismo contemporâneo e trabalho.

Com o desenvolvimento do capitalismo, *a industrialização, a propriedade privada e o assalariamento separam o trabalhador dos meios de produção* (MARX, 1974, p. 234). A organização do trabalho passou por diferentes modelos produtivos que se modificaram de acordo com as necessidades capitalistas, influenciadas pelas crises econômicas do capital, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, lutas sociais da classe trabalhadora em defesa de direitos e melhorias na condição de vida e trabalho, e também pelas mudanças do papel do Estado na sociabilidade capitalista, fatores que estão dialeticamente correlacionados, e se voltam para a garantia da acumulação de capital.

Marx (1996) argumenta que o dinheiro em si não é capital, todavia quando ele se insere dentro de um processo de produção articulado à extração de mais valia, ou seja, gerador de excedente, ele se torna capital. Para alcançar o acúmulo de capital é necessário expandir também o processo de produção de riquezas socialmente produzidas, tendo como base de desenvolvimento o excedente.

Dowbor (1982) diz que para aumentar a produção de excedente é preciso garantir que seja intensificado o tempo de trabalho socialmente necessário na produção. Portanto, é preciso trabalhar cada vez mais, fortalecendo o processo de exploração da força de trabalho e gerando uma espécie diferenciada de excedente, o excedente absoluto.

O excedente absoluto tem limites evidentes: o da resistência humana. A força de trabalho esgota-se, e já se viu, por exemplo, que a partir de um certo número de horas a multiplicação de acidentes ou de trabalho mal feito leva na realidade a perdas que tornam o horário limitado mais produtivo. Mas tem enorme importância em países subdesenvolvidos, que têm uma grande reserva de mão-de-obra não utilizada. A forma mais importante de se elevar o excedente consiste, no entanto, em trabalhar melhor. Em outros termos, trata-se de aumentar a produtividade, fazer render mais cada hora que trabalhamos, dando lugar ao excedente relativo.

O aumento da produtividade resulta de três formas fundamentais de investimento: no homem, (formação), na organização (técnicas de gestão) e no equipamento (tecnologias). (DOWBOR, 1982, p. 16).

Quando se fala de formação de força de trabalho dentro de um sistema capitalista é preciso salientar os moldes nos quais ocorreram essa “formação”, pois não estamos falando de um modelo de formação com base na educação emancipadora que vise o desenvolvimento econômico e social, mas sim em formação de mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho, pilotando máquinas e aparelhos, produzindo mercadorias e se voltando para o acúmulo de capital.

Mesmo com maior produção os/as trabalhadores/as tendem a receber salário que seja suficiente para a manutenção de sua sobrevivência, de modo que ele continue a depender da venda da sua força de trabalho para sobreviver.

O excedente resulta do trabalho, ou mais precisamente, da capacidade de produzir que ultrapassa o desgaste sofrido no próprio processo de produção. Desde que o mundo é mundo, no entanto, apareceram candidatos para viver do excedente dos outros, pela simples razão de que, no momento que o produto de um homem ultrapassa o que lhe é necessário para sobreviver e repor os seus fatores de produção, há um excedente disponível, e a exploração pode ultrapassar o simples roubo para se tornar sistema. (DAWBOR , 1982, p. 31)

O sistema capitalista tem como base do seu ciclo a produção e expropriação de excedentes, todavia os moldes pelos quais são realizadas essa expropriação se renovam conforme se desenvolvem, gerando cada vez mais acumulação, ao mesmo tempo em que altera a produção e reprodução das relações sociais.

Logo, no processo de passagem do sistema feudal para o capitalismo, já demonstrava suas mazelas e desigualdades, obrigando homens e mulheres a trabalharem durante jornadas de trabalho exorbitantes sem nenhum direito trabalhista ou social, enquanto eram ameaçados pelo desemprego e ideologicamente controlados pela ideologia liberal.

Pensar o trabalho como “valor social” parte do pensamento liberal que defende a ideia de que o “trabalho dignifica o homem”, e que todos são livres para conquistar seu espaço no mercado de trabalho. Tal ideia difere da concepção marxista, pois as ideias liberais avaliavam que os seres humanos, por sua natureza, são iguais politicamente, socialmente e juridicamente, não levando em consideração a estrutura de classes na qual se constitui a realidade, que separa os seres humanos em classe, raça, gênero e etc.

Behring e Boschetti (2011, p. 62), apresentam uma série de características do liberalismo, “o predomínio do individualismo e liberdade de competitividade, o bem-estar individual em

relação ao bem-estar coletivo, a naturalização da miséria, predomínio da lei da necessidade; manutenção de um Estado mínimo; e as políticas sociais paliativas vista como desperdício”.

Por outro lado, é preciso destacar que foi justamente neste contexto que a luta de classes⁶ se modificou e transformou as relações sociais entre classes significativamente, fazendo com que trabalhadores e trabalhadoras lutassem contra a exploração de forma organizada, ao criar organizações da classe trabalhadora como sindicatos, partidos, conselhos populares que funcionaram como instrumentos de luta contra a burguesia em defesa de melhores condições de vida e direitos político-sociais.

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na sociabilização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como direito a voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão de manifestação (Barbalet, 1989). Tais conquistas, contudo, não conseguiram impor a ruptura com o capitalismo. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.62).

As conquistas sociais e políticas deste período sem dúvida foram de extrema importância para garantir melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, por outro lado é importante salientar que essas conquistas vieram à duras penas e com muita ação repressiva do Estado sobre a classe trabalhadora.

Junto à expansão da sociedade capitalista, também são criados mecanismos para que essa se perpetue, dentre estas destaca-se o Estado e todo o seu aparelho repressivo. Mandel (1982; p. 133) apresenta alguns dos elementos que caracterizavam as funções do Estado:

1. Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;

⁶ Segundo as palavras do Manifesto comunista, “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classe”. Mas essa tese mereceu diferentes qualificações desde que foi pela primeira vez formulada. Engels a modificou, referindo-a à história escrita (nota à edição inglesa de 1888 do Manifesto comunista), para que se levassem em conta as comunidades primitivas, nas quais as divisões de classes ainda não haviam aparecido. Posteriormente, Kautsky (1890) argumentou que algumas das lutas de classes mencionadas no Manifesto comunista eram, na verdade, conflitos entre grupos de status e que esse ponto de vista estava de acordo com a observação, feita pelos próprios autores, no mesmo texto, de que as sociedades pré-capitalistas eram todas caracterizadas por uma “múltipla gradação de categorias sociais”. No caso da sociedade feudal, por exemplo, há discordâncias entre os historiadores marxistas sobre a natureza e a significação da luta de classes, ressaltando alguns deles a importância das revoltas camponesas, ao passo que outros chamam a atenção para a complexidade das filiações e divisões de classe. Por outro lado, Marx e Engels indicaram – e sua posição passou a ser o ponto de vista marxista mais generalizado – que é na sociedade capitalista que as classes fundamentais se diferenciam mais claramente, que a consciência de classe se desenvolve de maneira mais completa e que as lutas de classes são mais agudas. Nesse sentido, a sociedade capitalista constitui, sob esses aspectos, um ponto culminante na evolução histórica das formas da sociedade dividida em classes. Nessa perspectiva, as lutas de classes modernas têm importância fundamental na teoria marxista, porque seu resultado final é concebido como uma transição para o socialismo, isto é, para uma sociedade sem classes. (BOTTFOMORE, 1988;356)

2. Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou frações particulares das classes dominante ao modo de produção corrente através do Exército, da Polícia, Do sistema judiciário e penitenciário.
3. Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que “dos males o menor”, ou que a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração). (Mandel, 1992, p.333)

Diante da organização da classe trabalhadora, e da crise do capital de 1929 o capitalismo se viu obrigado a se transformar para atender à necessidade de acumulação de capital, criando um novo modelo de regulação da produção, o *fordista/keynesiano*.

O chamado modelo *fordista/keynesiano se desenvolve* no segundo terço do século XX, e teve como marca o trabalho massificado. O precursor do fordismo, Henry Ford (um empresário do ramo automobilístico), desde a virada do século introduz a divisão social do trabalho e a produção em massa para consumo em suas fábricas. O modelo *fordista* apostava na produção em grande escala, com mais maquinários como semi-automatização, linhas de montagem e também a fiscalização do trabalho, dessa forma se diminui o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir cada mercadoria, o que tornou possível um/a trabalhador/a produzir cada vez mais mercadorias, para que as mesmas fossem consumidos em massa, inclusive pelos indivíduos que as produziam.

E após a década de 1930, as ideias de John Keynes, ao contrário do liberalismo clássico, passam a preconizar que o Estado deveria intervir na economia, para assegurar o equilíbrio econômico entre oferta e demanda. Para tanto, o Estado deveria assegurar certa proteção social, como saúde, “assistência social”, direitos trabalhistas e educação, assim os/as trabalhadores/as poderiam consumir cada vez mais, pois não teriam que gastar com estes serviços.

Behring e Boschetti (2011), explicam que no capitalismo central, o modelo *fordista/keynesiano* teve seu ápice por cerca de três décadas, entre os anos 1940 a 1970, designadas de “anos dourados” do capitalismo. Durante este período é inegável uma melhora na qualidade de vida da classe trabalhadora, foi mantida a taxa de lucro e o crescimento econômico, todavia, no final da década de sessenta ocorre um declínio da taxa de lucro, e se inicia uma nova crise mundial, que serviu como argumento para justificar a ineficiência do Estado e das Políticas Sociais.

A partir da década 1970, com a crise desse modelo produtivo (que até então gerou lucros elevados aos capitalistas e perpetuou a exploração da classe trabalhadora), o mundo passa a vivenciar uma nova crise estrutural do capital. A ofensiva capitalista para responder a essa crise inicia um novo processo de reestruturação do capital que aposta na “era da acumulação flexível” e no novo modelo produtivo ainda mais cruel, denominado por alguns como “toyotismo” ou “modelo japonês”.

Antunes (2009), descreve as transformações no mundo do trabalho acarretadas pela *acumulação flexível* e seus impactos para classe trabalhadora, dentre os quais se destacam o sistema *just in time*, intensificação da tecnologia computadorizada, “a falácia da qualidade total” e a *liofilização organizativa*, que para Castillo (1996, p. 68), citado por Antunes (2009, p. 52) consiste na “eliminação, transferências, terceirização e enxugamento de unidades produtivas”. Consequentemente, os trabalhadores e trabalhadoras são substituídos por computadores e máquinas ocasionando o “enxugamento força de trabalho humana”.

Todas essas mudanças no mundo do trabalho ocorreram simultaneamente ao avanço do neoliberalismo, que ganhou força na Inglaterra e logo se expandiu para todo o mundo capitalista, o que intensificou a restauração capitalista e instaurou uma forte ofensiva contra os direitos sociais, que tem na privatização, terceirização, desregulação e flexibilização do trabalho, formas de controle de trabalhadores e trabalhadoras. Essa transformação altera as relações sociais e ao mesmo tempo torna os postos de trabalho ainda mais precarizados e mal pagos, pois a grande maioria da classe trabalhadora vive com medo de perder seu posto de trabalho.

Nessa conjuntura, é possível perceber por que tem-se tornado cada vez mais difícil fazer valer os direitos sociais (vários deles já eliminados da legislação), compreendendo também por que a desregulamentação no direito trabalhista faz parte da estratégia neoliberal. O neoliberalismo tem como objetivo a implementação de enxugamento do Estado e, nesse contexto, de desregulamentação dos direitos. O discurso “modernizador” do neoliberalismo preconiza que o Estado do bem-estar social e todos os seus “produtos” sociais, como os direitos sociais, passaram a ser um obstáculo muito grande para a economia globalizada, pois o crescimento econômico do país e a competitividade no mercado nacional ficam prejudicados por causa dos direitos sociais e seus “custos” excessivos. Nessa lógica capitalista, a prioridade não deixou de ser o lucro. Assim, o receituário neoliberal é implementado por meio da flexibilidade no direito laboral, além das privatizações das empresas estatais e do corte dos gastos públicos sociais. Tudo em coerência com a exploração humana em nome do capital, em que o neoliberalismo e a globalização, fenômenos entrelaçados, vão também criando o contingente de desempregados. (CAMPANA, 2000, P. 134)

Com o contínuo aumento do exército insdustrial de reserva⁷, a classe trabalhadora se vê cada vez mais refém do capital, o novo modelo de gestão do trabalho pautado pela

⁷ A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de

acumulação flexível beneficia ainda mais os donos dos meios de produção, por outro lado os/as trabalhadores/as sofrem cada vez mais com a tercerização e precarização, que vêm justificando e alçando marcos legais na sociabilidade capitalista.

A organização da classe trabalhadora tem se transformado e se mostrado cada vez mais difícil devido à própria forma que assume o trabalho, a socialização das informações dentro do ambiente de trabalho se apresenta limitada, pois tudo se torna cronometrado e fiscalizado tanto pelos supervisores (que também são parte da classe trabalhadora) quanto pelos donos dos meios de produção.

O espírito do corporativismo, sem dúvida, é uma das mais geniais criações do capitalismo, pois garante um comprometimento quase que religioso do “colaborador” com a empresa, a classe trabalhadora passa a competir entre si pelo bem da corporação.

Os direitos sociais começam enfrentar uma lógica de mercantilização associada ao trabalho, pois as empresas passam a oferecer planos de saúde, previdenciários e creches privadas, e faz com que o público seja cada vez mais enfraquecido, entrando em uma verdadeira onda de privatização dos direitos.

Diante desta conjuntura voltamos ao princípio deste capítulo, quando em acordo com Marx afirmamos que o trabalho é transformador da realidade social vivenciada pelos indivíduos. Se dentro das sociedades primitivas o simples fato de transformar a natureza para garantia da manutenção da vida humana foi capaz de dar origem a uma nova divisão social do trabalho, seu desenvolvimento ao longo dos séculos possibilitou ainda mais transformações, tanto no modo de gestão do trabalho quanto nas relações humanas.

A família tradicional se transformou pelas relações de trabalho, a relação entre colegas de trabalho se desenvolveu significativamente, assim como as políticas sociais como a educação, todos esses se alteraram para atender a demandas do capital.

O que não tem se alterado é justamente a necessidade de acumulação de capital, seja sob a óptica do capitalismo subdesenvolvido, seja na atualidade com o neoliberalismo, a

reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. A acumulação de capital significa o crescimento deste, mas significa também novos métodos de produção, de maior escala e mais mecanizados, que a concorrência obriga os capitalistas a adotar. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e, com isso, reduz essa demanda. A demanda líquida por trabalho depende, portanto, da força relativa de cada um desses dois efeitos, e são precisamente essas forças relativas que variam de modo a manter o exército industrial de reserva. Quando o efeito do emprego é mais forte do que o efeito de dispensa da força de trabalho e atua por tempo suficiente para esgotar o exército industrial de reserva, a escassez de força de trabalho disso resultante e a aceleração dos salários fortalecerão automaticamente a tendência à dispensa em detrimento do emprego. Uma elevação dos salários reduz o crescimento do capital e, portanto, do emprego, e juntamente com a escassez do trabalho, intensifica o ritmo de mecanização e, portanto, de dispensa de trabalhadores. Dessa forma, a acumulação de capital reabastece automaticamente o exército industrial de reserva.

produção de excedente do trabalho continua sendo a principal fonte de lucro dos capitalistas, que tetam a todo modo garantir cada vz mais formas de exploração da classe trabalhadora.

CAPÍTULO II –

AS CRISES DO CAPITALISMO E O NEOLIBERALISMO: IMPACTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

Desde seu surgimento o capitalismo encontra formas de se perpetuar, suas metamorfoses são constantes e provocam transformações em toda a sociabilidade capitalista alterando os modos de produção e as relações de trabalho, que refletiram nas relações sociais do ponto de vista social, político, cultural e econômico.

2.1. As Crises do capitalismo e suas contradições

Ao contrário do que dizem os economistas clássicos, o chamado “equilíbrio capitalista”, se mostra completamente ineficiente, levando a uma série de contradições inerentes ao capitalismo. As crises, a luta de classes e as guerras denunciam essas contradições, ao mesmo tempo que colaboram para a intensificação da dominação burguesa.

"O equilíbrio capitalista é um fenômeno extremamente complexo. O capitalismo produz esse equilíbrio, o rompe, restaura-o novamente para rompê-lo de novo, simultaneamente estendendo os limites de sua dominação. Na esfera econômica esses constantes rompimentos e restaurações do equilíbrio tomam a forma de crises e booms. Na esfera das relações inter-classes, o rompimento do equilíbrio assume a forma de greves, locautes, luta revolucionária. Na esfera das relações inter-Estados, o rompimento do equilíbrio significa guerra ou - em uma forma menos intensa - guerras tarifárias, guerra econômica ou bloqueios. O capitalismo assim assume um equilíbrio dinâmico, no qual sempre se está no processo de ruptura ou restauração. Mas ao mesmo tempo esse equilíbrio tem um grande poder de resistência, cuja melhor prova disso é o fato de que o mundo capitalista não foi derrubado até hoje." (TROTSKY, 2008 p. 09)

A partir da análise elaborada por Leon Trotsky, é levantada uma série de características acarretadas pelo movimento de rompimento e restauração do equilíbrio capitalista. Essas características vão se diferenciar em cada uma das esferas das relações de produção e reprodução social (econômica, social e política), todavia, o capitalismo segue se metamorfoseando, assumindo novos modelos de dominação e sustentação que contribuem significativamente para sua manutenção ao longo dos séculos.

Como fruto das contradições do equilíbrio capitalista, as crises têm reflexos desfavoráveis para a classe trabalhadora, que passa a vivenciar um contexto de ainda mais exploração, pois como saídas para a crise o capitalismo precisa criar novos mecanismos de exploração para garantir a manutenção da sua taxa de lucros.

Neste sentido, é impossível compreender as crises do capitalismo sem antes entender as contradições da relação capital trabalho, afinal segundo Mandel citado por Boschetti (2016,

p. 111), “contraditoriamente às crises pré-capitalistas e (ou pós-capitalistas) que são quase todas de penúria física de *subprodução de valores de uso, as crises capitalistas são crises de superprodução de valores de troca*” (*itálico original no texto*). Ou seja, na tentativa de garantir uma margem de superlucros, os capitalistas produzem mercadorias para além da necessidade e capacidade de compra do mercado. Surge um excedente de mercadorias, rompendo com o círculo de compra e venda que traria lucro ao capitalista.

Behring (2010), ao dialogar com Husson (2008), faz uma reflexão importante acerca da relação entre crises e a lei do valor e seus desdobramentos, nas relações de produção e reprodução de capital.

Para Husson (2008), a eclosão da crise é uma chamada á ordem da lei do valor. Segundo ele: “Os títulos financeiros são direito em conta sobre a mais-valia produzida. Enquanto não se exerce esse direito, tudo segue virtual. Porém, quando ele se faz valer, se descobre que está submetido á lei do valor, o que consiste em dizer simplesmente que não se pode mais distribuir riqueza real do que foi produzida.” (HUSSON 2008, p. 3, apud BEHRING, 2010, p. 29/30).

As riquezas produzidas são as mercadorias. Quando se distribui mais riqueza real do que riqueza produzida, o sistema capitalista entra em crise; essa crise muitas vezes tem base na própria circulação de capital, pois existe uma “defasagem crescente entre um restrito poder de consumo no poder de consumo” (BEHRING, 2010, p. 30), o que faz com que se instaure uma crise de superprodução.

Conclui-se que as crises do capital são crises de superprodução, pelas quais quem acaba sofrendo com os maiores prejuízos não são os capitalistas que fabricam mais e mais mercadorias a fim de mais lucratividade, sem nenhuma correspondência com a necessidade de uso e se as pessoas tem condições e interesse de comprá-las. Quem paga por essa crise é a classe trabalhadora que é obrigada a viver com as “medidas anti-crise”, com os arrochos salariais, com os super juros, com a inflação, com o corte de direitos sociais e a precarização dos serviços que deveriam ser públicos.

Na perspectiva marxiana, as crises constituem manifestações das contradições capitalistas (MARX, 2009) em sua incessante busca de superlucros e superacumulação. Os seus enfrentamentos nos marcos do capitalismo se diferenciam historicamente em função do grau de desenvolvimento do capitalismo, da forma de organização das classes sociais e da hegemonia política no âmbito do Estado (Boschetti, 2016, p.109).

Os mecanismos para combater as crises são definidos com base em uma série de atenuantes, que serão “escolhidos” com base nas características do capitalismo naquele dado momento histórico e em como ele consegue se organizar e se desenvolver, abrindo mais ou menos espaço para garantir aumento da acumulação. Em momentos de crises é a forma de

organização das classes sociais um dos mecanismos para conter os ataques sociais (que será diretamente impactado pelo modelo de desenvolvimento do capitalismo), funciona como um mecanismo de pressão sobre a burguesia para garantir que a crise não seja paga somente com o sangue da classe trabalhadora.

Outro atenuante muito importante é a hegemonia política no âmbito do Estado, que reflete a correlação de forças dentro do Estado. No modo de produção capitalista quase sempre essa hegemonia se concentra na mão da burguesia. Por outro lado, a organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais também influencia na garantia de direitos por meio de pressões sociais, da mesma forma que a desorganização da classe trabalhadora acarreta a destruição de direitos sociais.

Bensaid (2009), citado por Boschetti (2016), expõe uma série de tendências nocivas à classe trabalhadora, que por sua vez explicitam o teor contraditório do capitalismo:

São tendências que contrariam a si mesmas provocando contratendências extremamente nocivas à classe trabalhadora: a) busca pelo aumento das taxas de lucros provoca agudização da exploração por meio da ampliação do tempo de trabalho, pelo aumento da produtividade, pela compensação dos salários abaixo da inflação e pela amputação da proteção salarial, considerada pelo autor como salário indireto; b) a dominação imperialista contribui para reduzir a composição orgânica do capital pela exploração da força de trabalho de baixo custo e pela redução dos preços das matérias-primas; c) a aceleração da rotação do capital graças a publicidade, ao crédito, a gestão de estoques e as despesas com armamento compensa a baixa das taxas de lucros pelo aumento de sua massa; d) a intervenção política do Estado por meio das despesas públicas, ajudas fiscais, despesas com armamentos sustenta a economia por meio da “socialização das perdas” (BENSAID, 2009, p. 21-23, apud BOSCHETTI, 2009, p. 117)

Essas tendências adotadas acabam sendo um mecanismo de intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora diretamente pela intensificação da exploração da força de trabalho tanto pelo aumento do tempo de trabalho e baixos salários; pela exploração imperialista sob os países subdesenvolvidos (tanto na exploração da força de trabalho quanto no lucro sobre a compra de matérias primas); tanto pela exploração indireta com a intensificação da rotação do capital e a intervenção do Estado a fim de beneficiar o mercado.

Boschetti (2016) destaca o caráter estrutural das crises do capitalismo, que por si só são uma contradição do processo de produção e reprodução das relações sociais, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas, sociais e econômicas.

A crise é estrutural porque se produz na contradição inerente à produção e reprodução do capital, seja nos países da América Latina, que jamais implementaram um Estado Social ampliado, seja nos países europeus, berço das históricas conquistas de direitos sociais e trabalhistas, que são intensamente

acusados pelos liberais de serem responsáveis pela crise, quando, na verdade, são suas vítimas. (BOSCHETTI, 2016, p. 121)

Ao se desenvolver a partir da estrutura capitalista por meio de suas contradições, as crises do capitalismo expõem as profundas contradições desse sistema, que se modifica para assegurar as necessidades de mais acumulação de capital, ao mesmo tempo em que, por si só, já são crises acarretadas pela superprodução e superacumulação.

Intensificam-se as formas de exploração da classe trabalhadora, os cortes em direitos e políticas sociais, alteram-se os modelos produtivos e organização do trabalho, a ponto de se reestruturar e manter a continuidade do sistema capitalista. Boschetti (2016) ao dialogar com Mészáros (2009) ressalta como as crises são funcionais ao capitalismo:

Também Mészáros (2009) ressalta a funcionalidade da crise para o capitalismo, originada na necessidade vital do capital de se valorizar. A busca sem limites por superlucros produz novas e revigoradas formas de produção, baseadas na redução dos custos de trabalho, o que pressupõe aumentar a exploração da força de trabalho. O aumento a qualquer custo dos lucros e da acumulação produz a destruição sem precedentes da natureza, do trabalho e gera desemprego em escala planetária. (BOSCHETTI, 2016, 120/121)

Nesse sentido, é possível identificar que tanto o keynesianismo foi uma resposta à crise de 1929, como o neoliberalismo é uma resposta à crise de 1973 que se perpetua até hoje. Os modelos produtivos se alteram e encontram mecanismos de garantir ainda mais exploração, e vivencia-se uma situação de total adaptação do capital às crises geradas por este mesmo sistema.

2. 2. Neoliberalismo e seus impactos sob o mundo do trabalho

David Harvey (2011, p. 18) sinaliza que “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo”, pois fazem com que o capitalismo procure novas formas de se organizar, “geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe”. Behring e Boschetti (2011) ao dialogar com Harvey (1993) destacam que foi a partir da crise de 1973 que o capitalismo precisou se metamorfosear, instaurando um novo modelo social e econômico ainda mais cruel, o modelo neoliberal.

Ao longo da história do capitalismo é possível identificar uma série de importantes crises que modificaram as configurações do capital e o modelo de desenvolvimento capitalista, dentre estas está a crise que deu início ao modelo econômico neoliberal. A crise que se inicia em 1973, tal como em 1930, para Harvey é de superacumulação, um processo eliminável sob o capitalismo. Esse autor identifica diante disso, “um lado heroico da vida política burguesas”, que passa pelas estratégias de frente a superacumulação e assegurar a continuidade do sistema, a

qualquer custo: a desvalorização controlada de mercadorias, capacidade produtiva e dinheiro; o controle macroeconômico, do que o fordismo/keynesiano foi uma possibilidade, que se esgotou; a absorção da superacumulação por meio do deslocamento temporal e espacial. A reação burguesa dos anos 1980 e 1990 á superacumulação combina esse conjunto de estratégias, com ênfase na ultima. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 119)

O modelo neoliberal foi um importante mecanismo para a burguesia dar continuidade à acumulação de capital. O modelo fordista se esgotou, pois não era mais possível garantir o mesmo nível produtivo (em massa) fordista, assim como também não havia mais condições de se perpetuar a “desvalorização controlada de mercadorias”. A produção de mercadorias passou a ser ainda mais dividida (internacionalmente), e o tempo de trabalho necessário para a produção também foi alterado, com maiores investimentos em tecnologias e maior exploração de trabalhadores/as.

Harvey (2011) ainda sinaliza que as medidas neoliberais adotadas pelo capital internacional após a crise do modelo fordista/keynesiano foram capazes de aumentar o exército industrial de reserva e assim garantir que trabalhadores/as fossem submetidos a qualquer tipo de exploração do trabalho, o que acaba gerando um enorme lucro aos capitalistas e um crescimento gigantesco do desemprego. Tudo isso resultou na estagnação salarial.

Alan Budd, conselheiro-chefe econômico de Thatcher, mais tarde admitiu que “as políticas dos anos 1980 de ataque a inflação com o arrocho da economia e gastos públicos foram um disfarce para esmagar os trabalhadores, e assim criar um “exército industrial de reserva”, que minaria o poder do trabalho e permitiria aos capitalistas obter lucros fáceis para sempre. Nos EUA, o desemprego subiu, em nome do controle da inflação, para mais de 10% em 1982. Resultado: os salários estagnaram. Isso foi acompanhado nos EUA por uma política de criminalização e encarceramento dos pobres, que colocou mais de 2 milhões atrás das grades até 2000. O capital também teve a opção de ir para onde o trabalho excedente estava. As mulheres rurais do Sul global foram incorporadas a força de trabalho em todos os lugares, de Barbados a Bangladesh, de Ciudad Juarez a Dongguan. O resultado foi uma crescente feminização da proletariado, a destruição dos sistemas camponeses “tradicionais” de produção autossuficiente e a feminização da pobreza no mundo. O tráfico internacional de mulheres para a escravidão doméstica e prostituição surgiu, na medida em que mais de 2 bilhões de pessoas, cada vez mais amontoadas em cortiços, favelas e guetos de cidades insalubres, tentava sobreviver com menos de dois dólares por dia.(HARVEY, 2011, p. 21)

O aumento do desemprego acarretou uma intensificação da desigualdade social, que por sua vez deu espaço para um aumento da violência e conseqüentemente uma justificativa para a criminalização das populações negras e pobres pelos Estados capitalistas, como demonstra o documentário “A 13ª Emenda” (DuVernay, 2016), que faz uma importante análise do aumento do encarceramento nos Estados Unidos, identificando que este foi estabelecido como um mecanismo para garantir o trabalho análogo à escravidão de forma

legal, visto que o texto da 13ª Emenda autoriza trabalho forçado a “criminosos”. A adoção desse modelo criminalizatório da pobreza gerou uma série de desigualdades sociais, reconfiguração do mundo do trabalho, segundo as pesquisas apresentadas no documentário, “hoje os Estados Unidos tem mais negros e negras encarcerados do que escravos no século XIX” (DUVERNAY, 2016).

Outra característica importante deste novo cenário é o aumento do contingente de mulheres trabalhando nos setores produtivos, a expulsão de mulheres do campo para trabalhar nas fábricas, com salários mais baixos e a ocupação cargos ainda mais precarizados, o que acabou acarretou uma espécie de feminização da pobreza.

Harvey (2011) ainda destaca outras consequências das medidas neoliberais, que modificaram completamente o processo de organização internacional do trabalho, o que praticamente alterou sistemas produtivos de todo o globo terrestre, por meio da reconfiguração dos sistemas de transporte e comunicação.

“Globalizar-se” foi facilitado por uma reorganização radical dos sistemas de transporte, que reduziu os custos de circulação. A containerização – uma inovação fundamental – permitiu que peças feitas no Brasil pudessem ser utilizadas para montar carros em Detroit. Os novos sistemas de comunicações permitiram a organização rigorosa da cadeia produtiva de mercadorias no espaço global (lançamentos da moda de Paris puderam ser quase imediatamente enviados a Manhattan por meio das maquiladoras de Hong Kong). Barreiras artificiais do comércio, como tarifas e cotas, foram reduzidas. Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. A desregulamentação das finanças, que começou no fim dos anos 1970, acelerou-se depois de 1986 e tornou-se irrefreável na década de 1990. (HARVEY, 2011, p. 22)

Uma característica elementar do neoliberalismo foi, por meio do modelo de produção taylorista, garantir uma divisão internacional do trabalho, onde uma determinada mercadoria, como por exemplo, um carro da *Toyota*, pudesse ter peças fabricadas no Brasil, outras na China, outras no México e a montagem final no Japão, para ser vendido na Argentina, garantindo assim mão de obra ainda mais precarizada e barata. Com a redução das taxas, tarifas e cotas que financiam a transferências das mercadorias de uma parte a outro do mundo e a evolução dos meios de comunicação que garantiu ainda mais agilidade no processo de produção de mercadorias o capitalismo passou a lucrar ainda mais.

O mundo das finanças passou por uma verdadeira transformação a partir dos anos setenta, a chamada desregulação das finanças garantiu ainda mais liberdade para o mercado se expandir, o que facilitou em muito “a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro” (Harvey, 2011, p. 22). O mundo globalizado, na verdade, se tornou um mundo capitalista,

apto a atender os interesses da burguesia. Os capitalistas são livres para produzir e comercializar em qualquer parte do mundo, podendo escolher o país com a mão de obra mais barata e com maiores benefícios financeiros, como isenções e incentivos a produção.

A última característica apontada por Harvey (2011) é o crescimento desenfreado do mercado de crédito. A comercialização de linhas de crédito (em especial de cartões) acarretou o endividamento em massa de várias famílias. “A lacuna entre o que o trabalho estava ganhando e o que ele poderia gastar foi preenchida pelo crescimento da indústria de cartões de crédito e aumento do endividamento” (Harvey, 2011, p.22).

Uma ressalva importante é que somente a população pobre tinha que arcar com essas dívidas, como mencionado por Harvey (2011) com a insuficiência entre os ganhos do trabalho e que realmente necessitava para a sobrevivência, na tentativa por moradia, “em busca do sonho americano da casa própria”, as dívidas com hipotecas somassem um gigantesco prejuízo. Harvey (2011) ainda sinaliza que essa foi uma das razões para que a crise estadunidense do mercado imobiliário facilmente se espalhasse pelo mundo globalizado.

A crise, que começou localizada em particular no mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2007, rapidamente se espalhou ao redor do mundo por uma rede financeira e comercial coesa que supostamente dividiria o risco, em vez de estimular o caos financeiro. Na medida em que os efeitos da crise de crédito se difundiram, houve impactos diferenciados de um lugar para outro. (Harvey, 2011, p. 117)

A partir desta análise apresentada por Harvey é possível concluir que o super estímulo ao mercado de crédito foi um dos elementos que contribuiu para a atual crise do capital, que teve seu epicentro em 2007 nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo, desencadeando em um cenário de crise mundial do capital.

Boschetti (2016) parafraseando Chesnais (1996, 2011) destaca a capacidade do capitalismo de encontrar saídas para a crise que, em certa medida o fortalecem a exemplo da análise do autor acerca da crise de 2007/2008.

Chesnais (1996; 2011) é um dos mais contundentes críticos contemporâneos da mundialização do capital. Suas análises apontam as consequências do capitalismo financeirizado e chamam a atenção para a capacidade do capital de recriar formas de produção capazes de “superar” suas próprias crises. Para o autor, a crise que eclodiu 2007/2008 é resultado das medidas implementadas nas três décadas anteriores pelos governos neoliberais, sintetizados pelo autor em três processos: uma forte política de desregulamentação dos mercados, do comércio mundial e do mercado financeiro; a criação do capital fictício e sistemas de crédito com vistas a ampliar a demanda insuficiente no centro do sistema capitalista, leia-se, Estados Unidos da América, e a reincorporação plena das antigas Repúblicas da União Soviética e da China no sistema capitalista mundial (Chesnais, 2008, 2011). O autor acrescenta que a crise atual marca o esgotamento de um modelo de crescimento no qual a produção e a venda de bens e serviços foram assegurados por um endividamento elevado das empresas e famílias. Essa estratégia foi concebida pelo mundo das finanças para

contrabalancear a baixa demanda decorrente da redução dos salários na renda nacional. (Boschetti, 2016, p. 119-120)

Sem dúvida, as medidas neoliberais adotadas pelos governos capitalistas formaram campo para a atual crise econômica, que acabou se desenvolvendo sobre os mercados influenciados pela desregulamentação e o investimento em capital fictício. Chesnais (2011) ainda destaca que a atual crise marca o fim do modelo de crescimento vigente, visto que sem poder de compra acarretado pela redução dos salários a economia das nações entraria em colapso.

Partindo desta análise, Chesnais (2011) afirma que muitos países passaram a enfrentar falsas dívidas, “ilegítimas e odiosas”, de caráter anti-democrático.

(...) “são ilegítimas devido a natureza econômica, cujo o pagamento dos juros e reembolso dificultam as finanças públicas e conduzem os países a acumular dívidas elevadas que os submetem ao julgo do mercado. E são “odiosas” em função dos processos decisórios anti-democráticos que as originam já que contraídas em momentos de exceção e de governos ditatoriais, sem conhecimento e anuência da sociedade. Para o autor, a “ilegitimidade encontra sua origem em três mecanismos: as despesas elevadas possuem o caráter de presentes fiscais para o capital; baixo o nível de impostos diretos (imposto de renda, sobre o capital e sobre o lucro das empresas) acrescido de um fraco caráter progressivo; evasão fiscal importante” (Chesnais, 2011, p.109, apud Boschetti 2016, p. 120)

Como bem afirma Chesnais (2011), as dívidas públicas são por si só antidemocráticas e funcionam como mecanismos de garantir que a burguesia não saia prejudicada das crises, mantendo um elevado patamar de exploração indireta, sobre os países de capitalismo dependente.

Os impactos das políticas neoliberais sobre o mundo do trabalho fortalecem uma lógica desigual em diferentes países. A divisão internacional do trabalho, a feminização do trabalho e desemprego em massa são exemplos desse processo desigual, onde os países de capitalismo avançado acabam explorando os países de capitalismo periférico.

Já no final do século XX o mundo passou a vivenciar uma forte política de repressão salarial, afirma Harvey, para quem “o sucesso da política de repressão salarial depois de 1980 permitiu que os ricos ficassem muito ricos” e por outro lado suas riquezas não foram investidas na produção e sim em ações “eles colocam dinheiro no mercado de ações e o valor das ações sobe, então colocam ainda mais dinheiro, independentemente de quão bem as empresas em que investem estão de fato” (Harvey, 2011, p. 25). Nesse sentido conclui-se que a taxa de desemprego não diminui conforme o crescimento do número de ricos.

O desemprego é completamente funcional ao capitalismo, pois gera um exército industrial de reserva, capaz de atender as demandas capitalistas, Harvey (2011), ao parafrasear Marx explica como o capitalismo manipula este exército industrial de reserva para atender suas demandas.

A acumulação perpetua a uma taxa composta depende da disponibilidade permanente de reservas suficientes de acesso a força de trabalho. O que Marx chama de “exército industrial de reserva” e, portanto, uma condição necessária para a reprodução e a expansão do capital. Esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo a acumulação continua. (Harvey, 2011, p. 55)

Partindo desta referência é possível concluir que o capitalismo vem adequando a classe trabalhadora por meio do viés ideológico, que culpabiliza os/as trabalhadores/as pelo estado de desemprego, acarretando divisionismo dentro da própria classe, onde trabalhadores não enxergam os demais trabalhadores como parte da mesma classe e todos/as aceitam fielmente as exigências capitalistas, pois caso sejam demitidos, tem plena consciência que será difícil sair da condição de desemprego, por isso esses trabalhadores se tornam fruto da reestruturação produtiva, docilizados e estranhados dentro do seu próprio trabalho.

2.3. América Latina, um cenário de superexploração da classe trabalhadora

Marini (2005) enfatiza que desde o processo de colonização, a América Latina desenvolveu um papel importante para as grandes burguesias internacionais, como produtora de riquezas que contribuiu com o desenvolvimento desses países.

...a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (Marini, 2005, p. 03)

A partir desta análise é possível concluir que a América Latina foi primordial para garantir o desenvolvimento dos mercados comerciais e financeiros na Europa, gerou desenvolvimento social, econômico e principalmente no processo industrial, que acarretou a expansão industrial.

... as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação

entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2005, p. 03)

A América Latina logo assume uma posição de produtora de manufaturas, que vai produzir bens primários para os países de capitalismo desenvolvido, se inserido na divisão internacional do trabalho, o que deu continuidade a relação de subordinação do continente latino em relação à Europa e Estados Unidos. São justamente esses países que vão escolher quais serão os bens primários produzidos por cada país da América Latina, e como se desenvolverá o capitalismo nestes países e os moldes das relações de produção.

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (MARINI, 2005, p. 05)

Marini (2005) ainda destaca que o papel cumprido pela América Latina não está simplesmente associado à acumulação por meio da produção de mercadorias, mas contraditoriamente também se associa à superexploração da mão de obra dos/as trabalhadores/as.

A superexploração da força de trabalho consiste em um prolongamento da força de trabalho, ou seja, aumento do tempo de trabalho não pago associado à expropriação do trabalho que o/a trabalhador/a utilizaria para repor sua capacidade produtiva. Ao mesmo tempo o/a trabalhador/a tem sua força de trabalho explorada, o salário pago é insuficiente para garantir a sua sobrevivência.

...a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se, sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o

que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (Marini, 2005, p. 11)

Ao contrário dos países do capitalismo central, que têm sua produção voltada para a grande indústria, a América Latina é responsável por garantir bens primários ao mundo, como metais, petróleo, alimentos e madeira. Um destaque especial é dado à produção de alimentos, pois na divisão internacional do trabalho é guardado um lugar especial para os países latinos.

Como reflexo dessa “responsabilidade” a América Latina acaba desenvolvendo um modelo diferenciado de exploração da força de trabalho, pois ao contrário das indústrias fabris onde para se aumentar o trabalho é preciso aumentar o investimento em meios de produção e matérias primas, na agricultura e na indústria extrativa esses investimentos são muito pequenos, pois a matéria prima se encontra dentro da própria natureza. Por isso ao contrário dos países desenvolvidos que apostam com maior ênfase na expropriação da mais-valia relativa, na América Latina a mais-valia absoluta pode trazer maior acúmulo de capital para capitalistas.

“(…) Ihe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque Ihe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal o direito as condições necessárias reprodução da sua força de trabalho negada”. (MARINI, 2005, p. 11)

Marini (2005), ainda destaca que nos países de capitalismo dependente o/a trabalhador/a tem negado o direito à sua subsistência, ao ter sua força de trabalho expropriada a beira do esgotamento físico (e psicológico) e por não ter direito a um salário capaz de garantir seu poder de compra para comprar bens básicos para sua sobrevivência.

4. Particularidades brasileiras

Com o desenvolvimento capitalista, o Brasil passou por uma série de mudanças constitucionais em relação ao direito ao trabalho. Por meio de pressões da classe trabalhadora foi possível garantir conquistas como a criação Carteira de Trabalho e Previdência Social; Seguro-desemprego; Salário Mínimo; Duração do período de trabalho: 8 horas diárias e quarenta e quatro horas semanais; Jornada de seis horas para trabalho em turnos ininterruptos de revezamento; Repouso semanal remunerado; Remuneração de serviço extraordinário (horas extras) com acréscimo de pelo menos 50%; Férias anuais, com acréscimo de um terço;

Licença maternidade e paternidade; Ampliação dos direitos para trabalhadores domésticos, dentre outros. São direitos que foram inscritos na Constituição Federal de 1988 e regulamentados nas leis trabalhistas.

Na década de 1990, o Brasil passa a vivenciar uma nova fase, a qual Behring (2008) chama de “contrarreforma”, marcada pelo projeto de expansão neoliberal no país, que teve fortes impactos sobre a vida da classe trabalhadora e as políticas sociais.

A partir dos anos 1990, o Brasil adentrou um período marcado por uma nova onda burguesa, mais uma vez adaptando-se às restrições do capitalismo mundial. É um momento histórico com características diferentes do pós-64. Mas, certamente, configura-se uma nova contra-reforma social e moral, na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país (Mota, 1995 e 2000). A dominação burguesa foi arranhada no processo de redemocratização, como explicitou o pleito eleitoral de 1989, no qual uma candidatura expressando aqueles processos de organização dos trabalhadores e das camadas médias, prognosticados por Fernandes, chegou perto de ganhar as eleições para Presidência da República. Collor de Mello foi vitorioso naquele momento, mas não representava a vontade política efetiva da burguesia brasileira, como o demonstraram os fatos ulteriores que resultaram no seu *impeachment* em 1992. (BEHRING, 2008, p. 113)

Sem dúvida alguma, o processo de democratização do país foi um marco único para a classe trabalhadora, que teve como seu principal fruto a Constituição Federal de 1988. Todavia, também é o marco de um processo de disputa relacionado aos direitos sociais brasileiros, sendo uma das suas maiores vitórias a criação da Seguridade Social como direito, bem como definição das bases do seu funcionamento e financiamento.

Mas, infelizmente, parte dos direitos aprovados pela Constituição Federal de 1988 ficou no texto, pois com a eleição de Collor em 1989 o Brasil passou a vivenciar o início de uma contraofensiva burguesa, a fim de atender mais uma vez as demandas do capital internacional e consolidar tardiamente o projeto neoliberal no país.

Embora Collor tenha sido fiel aos interesses burgueses e tenha dado ênfase ao projeto neoliberal brasileiro, por outro lado ele não era o melhor representante para que a burguesia concretizasse seu projeto para o país, tanto pelo seu perfil pouco conciliador como pelos escândalos de corrupção. Por isso, somente dois anos após assumir seu mandato ele sofreu *impeachment*, deixando seu posto para seu vice, Itamar Franco, que governou o país até 1994, ano em que Fernando Henrique Cardoso foi eleito.

Ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno das reformas. A era FHC foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pôde observar, de “reformas” oriundas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro

eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como atrasada-, estaria a aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 148)

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso o neoliberalismo entrou em nova etapa. Diferentemente dos governos anteriores, FHC tinha grande apoio da burguesia e capacidade para gerir as contrarreformas neoliberais.

O Plano Diretor de Reformas do Estado de Bresser Pereira, foi o norteador das “contrarreformas” deste período, a reestruturação produtiva no Brasil teve graves consequências para o mundo do trabalho, as políticas sociais previstas na Constituição Federal de 1988 nunca foram implementadas como previstas.

A reestruturação produtiva, na década de 1990, é impulsionada a partir da abertura comercial ao mercado externo. Essa abertura exigia produtos nacionais variados, de boa qualidade e a preços competitivos. Isso conduziu as empresas nacionais a profundas transformações em seus processos produtivos e gestão da força de trabalho. O governo Fernando Henrique adotou um conjunto de medidas para dar sustentação à reestruturação produtiva que ganhou novas dimensões, a partir de então. Foram medidas atinentes à desregulamentação e regressividade dos direitos sociais, sobretudo na área do trabalho e previdência social; às alterações na legislação pertinente ao servidor público, além da reestruturação do aparelho do Estado, voltada para o enxugamento da máquina estatal, por meio dos Programas de Demissão Voluntária - PDV e da privatização das empresas estatais em áreas estratégicas (telefonia, extração de minérios, etc.). (SILVA, 2011, p. 201)

Fernando Henrique permaneceu no governo durante oito anos, período de muitos ataques à classe trabalhadora e desregulamentação do Estado. Por outro lado, é importante destacar que ocorreram importantes lutas durante esse período, contra os ataques a direitos sociais e contra privatizações.

O impacto mais evidente das novas condições de trabalho e da alocação do fundo público foi o crescimento das demandas decorrentes do acirramento do desemprego, das desigualdades e do pauperismo, provocando a predominância das políticas de assistência social, com o que alguns autores vêm identificando um processo de assistencialização da Seguridade Social, já que ocorre ao mesmo passo da contenção das demais políticas, imprimindo uma direção específica à alocação do fundo público para as políticas sociais, ao lado da refilantropização e do crescimento do chamado terceiro setor (BEHRING, 2008, p. 155).

Outra característica importante dos impactos do neoliberalismo no Brasil é o processo de utilização do fundo público para financeirização do setor privado. Behring (2008) chama a atenção para o fato de que com a reestruturação do trabalho, o avanço das desigualdades sociais e do pauperismo acabou acarretando um processo de expansão da assistência social sob um viés focalizado, promovendo o crescimento do terceiro setor.

Somente na década de 2000, com a primeira eleição de Lula (que foi comemorada pelos defensores das Políticas Sociais) ocorreram alguns avanços em relação à implementação

da Seguridade Social e demais Políticas Sociais. Todavia, o governo Lula acabou impondo uma verdadeira traição à classe trabalhadora, quando seguiu o plano neoliberal, ao implementar um modelo de Seguridade Social distinto do proposto na Constituição.

Em sua fundação, o Partido dos Trabalhadores Brasileiro se propôs a ser um partido de luta pelos direitos da classe trabalhadora. Todavia, Alves (2013), afirma que ainda em 1989, bem antes mesmo da eleição do seu primeiro governo presidencial (iniciado em 2003), o PT já demonstrava uma virada em seu caráter classista, passando a adotar táticas de alianças políticas completamente oportunistas, com representantes dos interesses do capital internacional, a burguesia agrária e uma série de outros setores conservadores, com a finalidade não só de se eleger, mas também perpetuar o ciclo de avanço dos interesses capitalistas. Dessa forma se configurou em uma verdadeira traição aos interesses da classe trabalhadora.

Como herdeiro político capaz de dar prosseguimento ao projeto burguês de desenvolvimento no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) se qualificou nos últimos vinte anos, pelo menos desde a sua derrota política e eleitoral em 1989, como partido da ordem burguesa no Brasil. Com a argúcia política de Lula, construiu alianças com os donos do poder oligárquico, visando não apenas a governabilidade, mas a afirmação hegemônica do projeto social neodesenvolvimentista no Brasil... no primeiro governo Lula (2003-2006) se mantiveram os pilares da macroeconomia neoliberal visando acalmar os mercados financeiros e sinalizando de modo claro que o novo governo pós-neoliberal não tinha veleidades anticapitalistas. Pelo contrário, o compromisso sagrado do novo governo era honrar os pagamentos com os credores da dívida pública, ninho do capital financeiro que suga cerca de 50% do orçamento público da União. O objetivo do lulismo demonstrou ser reorganizar o capitalismo no Brasil e não aboli-lo. Enfim, promover um novo choque do capitalismo nos moldes pós-neoliberais. (ALVES, 2013, p. 01)

Alves (2013) enfatiza o apoio da burguesia para eleição do governo do PT, o que só correu porque este representava uma alternativa burguesa frente ao desgaste do neoliberalismo no Brasil. Esta alternativa se constituiu na forma dos moldes neoliberais, garantindo a superexploração da força de trabalho e a ampliação de medidas que garantiram a intensificação da acumulação capitalista.

Por mais que o PT tenha tentado se diferenciar dos governos neoliberais, os dados apresentados pela “Auditoria Cidadã da Dívida”, demonstram que, assim como nos antigos governos os gastos com pagamento da dívida pública continuaram a ser exorbitantes, deixando de priorizar gastos com saúde, educação, transporte e previdência social. Ou seja, embora os PPA’s destaquem a importância destas políticas, na prática elas são secundarizadas, diante da priorização e pagamento da dívida pública.

Tabela 01- Orçamento Geral da União (Executado em 2014) – Total = R\$ 2,168 trilhões	
Função	Execução %
Juros e amortização da dívida	45,11%
Previdência Social	21,19%
Transferências aos Estados e Municípios	9,19%
Saúde	3,98%
Educação	3,75%
Outros Encargos Especiais	3,21%
Assistência Social	3,08%
Defesa Nacional	1,58%
Judiciária	1,23%
Administração	0,90%
Transporte	0,56%
Agricultura	0,47%
Segurança Pública	0,33%
Legislativa	0,29%
Ciência e Tecnologia	0,28%
Essencial a justiça	0,24%
Gestão Ambiental	0,16%
Organização Agrária	0,12%
Relações Exteriores	0,11%
Indústria	0,10%
Urbanismo	0,06%
Comunicações	0,06%
Comércio e serviços	0,06%
Energia	0,04%
Desporto e lazer	0,04%
Cultura	0,04%
Direitos da Cidadania	0,03%
Saneamento	0,02%
Habitação	0,00%
Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Elaboração: Própria, dados Senado Federal: http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=92718 Disponível em: http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/ <aceso em: 29/11/2016>	

Pensando em como os gastos da dívida pública também afetam a política de Trabalho e Emprego, é possível dizer que, caso parte destes gastos fosse revertida em incentivo ao trabalho e emprego, ou ao aumento do salário mínimo, poderíamos ter uma importante, porém pontual, transformação no cenário social, pois com aumento dos postos de trabalho associados a boas condições de trabalho e salário, se aumentaria todo o desenvolvimento econômico do país.

Considerando que temos uma taxa de desemprego de 10,4% no Brasil em fevereiro de 2013, segundo DIEESE, e uma força de trabalho por volta de 100 milhões de trabalhadores, temos, portanto, cerca de 10 milhões de desempregados no país. Com o dinheiro que se paga os banqueiros poderia se empregar todos os desempregados do Brasil pagando R\$ 5.000,00 por mês. Poderia se entregar, também, R\$ 5.054,00 por mês para cada uma das famílias cadastradas no Bolsa Família. Ou pagar o salário mínimo do DIEESE, (R\$ 2.329,35 em valores de 2011) para todos os 39 milhões de trabalhadores brasileiros que ganham até 1 salário mínimo. (ILAESE, 2014, p. 15)

Durante os anos de governo do PT não ocorreram fortes vitórias que alterassem as relações sociais de classe existentes, não ocorreu a tão necessária reforma agrária, sonhada pelos movimentos sociais, nem ocorreu o fim do pagamento dos juros da dívida pública e a burguesia não chegou nem perto de sofrer algum tipo de expropriação, muito pelo contrário, esta lucrou como nunca.

Todavia, Iamamoto apresenta dados de fontes do Governo Federal que tornam inegáveis alguns avanços relacionados à diminuição do desemprego e desigualdade social no país, todavia, estas mudanças não alteraram a relação de exploração da força de trabalho que a classe trabalhadora vem vivenciando no Brasil ao longo das décadas, mas alterou o cenário social brasileiro.

Segundo o Ipea (op. cit.), a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente entre 2001 e 2011: a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período. Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Segundo o panorama identificado pelo Ipea: Nas famílias chefiadas por analfabeto, a renda das pessoas sobe 88%. E há um decréscimo de 11% nas famílias em que as pessoas de referência possuem 12 ou mais anos completos de estudos;1) A renda do Nordeste sobe 72,8% contra 45,8% do Sudeste; 2) A renda cresceu mais nas áreas rurais mais pobres (85,5%), contra 40,5% nas metrópoles e 57,7% nas demais cidades; 3) A renda daqueles que se autoidentificam como pretos e pardos sobe 66,3% e 85,5%, respectivamente, contra 47,6% dos brancos. A inédita redução da desigualdade de renda – e não da concentração da propriedade e de capital –, observada na década passada, teve como fontes, captadas pelo Pnad: o trabalho (58%), a previdência (19%), o Programa Bolsa Família (13%), o Benefício de Prestação Continuada (4%) e outras rendas – como aluguéis e juros (6%). (IAMAMOTO, 2013, p. 328)

Embora a taxa desemprego durante a maior parte destes governos tenha apresentado quedas e o emprego com carteira assinada crescimento, Iamamoto problematiza os moldes sobre os quais se estruturam esses “novos campos de trabalho”, que são a grande maioria em setores precarizados sobre a lógica da flexibilização do trabalho, em especial no setor terciário e construção civil.

Como registra o Ipea (2012b), tanto a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), nos anos 2008-2011, quanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, em 2011, detectaram crescimento da população ocupada com a geração de novos postos de trabalho. Para o IBGE, houve diminuição da taxa de desemprego fixada em 4,7% em

dezembro de 2011 e uma média anual de 6,0%. A taxa de desocupação encontra-se em trajetória descendente em relação a 2010 e há uma evolução favorável da taxa de desemprego para todos os segmentos nos recortes de faixa etária, gênero, grau de instrução e posição na família. Mas, segundo o Dieese, o nível de ocupação favorável está localizado prioritariamente na intermediação financeira e na construção civil, tendo o emprego nos setores industrial e agrícola apresentado sinais de perda de dinamismo. O chamado setor terciário foi responsável em grande medida pelos dados favoráveis do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2013, p. 334)

O padrão da Política de Trabalho e Emprego no Brasil passou a adotar um modelo problemático, como reflexo da postura neoliberal adotada pelo PT, que preferiu se unir ao grande capital a pautar qualquer tipo de alteração político e econômica que alterassem minimamente a correlação de forças entre classes sociais no Brasil. A era da acumulação flexível iniciada nos anos 1970 acabou se expressando na execução da Política de Trabalho e Emprego no Brasil, dando espaço para a “era da acumulação flexível” brasileira.

Outro elemento importante destacado como característica dos governos do PT é o aumento do poder de compra, do qual os defensores do partido tanto propagandearam como elemento que caracteriza a formação de uma nova classe média no Brasil.

O aumento da capacidade de consumo de uma parcela dos assalariados mais pobres é uma boa notícia, mas é insatisfatório como demonstração da formação de uma nova classe média. A elevação do salário mínimo acima da inflação, a ampliação da acessibilidade ao crédito e a redução do desemprego- associado a políticas públicas como bolsa família- parecem terem sido os principais fatores do aumento ao consumo das famílias entre 2004 até 2009. Mas é um abuso concluir, por analogia com outros períodos históricos, que a mobilidade social estaria mais intensa. O consumo de bens durais e semi-duráveis, como automóveis e eletroeletrônicos, não é adequado para demonstrar que teria surgido uma nova classe média. (ARCARY, 2014, p. 34)

Como o autor destaca, não é o fato de se ter conquistado maior poder de compra que caracteriza uma nova classe média. Ao contrário, foi uma série de medidas que capacitaram essa situação, mas por outro lado esses/as trabalhadores/as não saíram da mera condição de assalariados com acesso a linhas de crédito e um salário acima da inflação, medidas essas que foram dificultadas com os impactos da crise no Brasil.

Durante os anos de governos PT o mundo do trabalho viveu uma série de contradições que acarretaram uma década marcada por maior possibilidade de acesso ao trabalho emprego, todavia esses postos de trabalho se concentraram nos setores de trabalhos precários, gerados pela reestruturação produtiva no Brasil. Nas últimas décadas prevaleceram políticas marcadas pelas estratégias neoliberais de mercantilização e precarização dos serviços públicos, sendo incapazes de reduzir as desigualdades sociais e a exploração da classe trabalhadora, que durante os anos de governo do PT protagonizaram importantes greves.

As medidas anti-crise adotadas desde o governo Lula em 2008 tomaram maior proporção nos governos de Dilma Rousseff e com o efervescer da crise econômica mundial, o desemprego, a desigualdade social cresceram, ao mesmo tempo em que o poder de compra diminuiu.

Foi neste cenário de contradições que os governos do PT apostaram em um maior investimento nas chamadas medidas de ativação para o trabalho, presentes tanto nos países do capitalismo central como no Brasil. Boschetti (2016) aponta alguns exemplos de políticas de ativação implementadas na última década:

licenças temporárias para assalariados empregados, com redução do salário; estímulo a empregos precarizados em relação aos contratos de trabalho regulares (menor tempo, menos salário, menos direitos); reforço à obrigação de participar em dispositivos de ativação como cursos de qualificação; introdução ou endurecimento de exigências e contrapartidas para o seguro-desemprego e assistência social; aumento das restrições para acesso às prestações de seguro desemprego e invalidez, como forma a forçar a permanência no emprego, ainda que de forma precarizada; redução dos valores das prestações sociais, para ficarem bem abaixo do menor salário; aumento na distância entre os valores das prestações assistenciais e os rendimentos do trabalho; favorecimento da permanência nos empregos de baixa remuneração para auxiliar no consumo e aquecer a economia; subvenção às empresas com a assunção total ou parcial das cotizações de seguro desemprego pelo governo; substituição de prestações de seguro desemprego contributivas para desempregados de longa duração por programas de renda mínima assistencial; instituição de obrigatoriedade de trabalhar para os beneficiários dos programas de renda mínima para os aptos ao trabalho, sob pena de perder o benefício; instituição de mecanismos de forte acompanhamento/controle personalizado dos beneficiários. (BOSCHETTI, 2016, p. 174).

Partindo de uma leitura geral sobre as mudanças legais no mundo do trabalho nos governos do PT é possível concluir que exatamente quando a classe trabalhadora mais demandou direito à proteção social do trabalho, esses direitos foram inviabilizados, como os ataques ao Abono Salarial e Seguro desemprego, duas políticas que deveriam ser consideradas fundamentais em períodos de crise e reestruturação produtiva. Afinal, com a precarização do trabalho e a superexploração que garante o pagamento de baixos salários, é comum trabalhadores\as precisarem ainda mais de complementos de renda como o Abono salarial.

Outro destaque é dado pelas alterações da Lei garante o acesso ao seguro-desemprego, o que tem um peso significativo para a classe trabalhadora, em especial para o precariado, pois com a grande rotatividade no trabalho, o seguro-desemprego também se torna necessário para tentar diminuir a ausência de proteção social que estes\as trabalhadores passam a vivenciar com a situação desemprego. Estes direitos foram visivelmente sucateadas com base nos marcos legais que alteraram as leis que garantiam esses direitos.

Quadro 01 - Mudanças Ocasionadas com MP 664 e 665		
Benefício	Antes	Agora

Abono salarial	Quem trabalhava um mês durante o ano e recebia até dois salários mínimos tinha direito a um salário mínimo como abono;	Carência de seis meses de trabalho ininterruptos e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado;
Seguro Desemprego	Carência de seis meses de trabalho.	Carência de 18 meses na primeira solicitação; 12 meses na segunda e seis meses a partir da terceira;
Auxílio Doença	O benefício era de 91% do salário do segurado, limitado ao teto do INSS. Além disso, as empresas arcavam com o custo de 15 dias de salário antes do INSS;	O teto é a média das últimas 12 contribuições e as empresas arcam com o custo de 30 dias de salário antes do INSS.
<p>Fonte: Portal Jusbrasil Elaboração: Portal Jusbrasil. <disponível em: http://crc-sp.jusbrasil.com.br/noticias/159810803/mp-664-e-665-veja-algumas-mudancas></p>		

A MP 676/2015, que teve seu texto alterado para a Lei nº 13.183/2015, modifica a *fórmula 85/95*, que permite a exclusão do fator previdenciário do cálculo do valor das aposentadorias quando a pessoa atingir tal pontuação com a somatória de idade e tempo de contribuição, sendo 85 pontos para a mulher e 95 para o homem. Isso poderia ser considerado positivo, visto que beneficiaria as pessoas que começaram a trabalhar muito jovens, mas por outro lado, ao exigir um tempo de contribuição mínima de 30 anos para a mulher e 35 para o homem, inviabiliza a aposentadoria daqueles que embora tenham idade avançada, começaram a contribuir mais tarde.

Outro elemento desta lei, que provavelmente é seu principal ponto de ataque à classe trabalhadora é que o chamado dispositivo previdenciário reside na sua possível *progressividade*, pois, a partir de dezembro de 2018 a somatória será acrescida de um ponto, até chegar aos 90/100 no ano de 2026), dificultando ainda mais o acesso à aposentadoria, o que obriga trabalhadores a se desgastarem durante ainda mais tempo.

Quando analisado os dados do orçamento é possível identifica outra contradição na aplicação destas alterações legais na política de trabalho e emprego, afinal foram justamente os programas que demandam maior investimento os mais afetados.

TABELA 02 - Composição do gasto com trabalho e emprego – Brasil – 2002 a 2015 – Brasil – % do PIB											
Ano	Categoria (% PIB)										
	Seguro-Desemprego	Pescador artesanal	Empregado Doméstico	Resgate de trabalhadores em condições de escravo	Abono Salarial	Outros	Gastos Direitos	Emprego Doméstico	Incentivo à Formalização do	Desoneração da Folha de Salários	Gastos Tributários
2002	0,40	0	0	0	0,09	0,04	0,53	0	0	0	0,53
2003	0,39	0	0	0	0,11	0,02	0,52	0	0	0	0,25
2004	0,36	0,01	0	0	0,12	0,02	0,50	0	0	0	0,50
2005	0,41	0,01	0	0	0,13	0,03	0,56	0	0	0	0,56
2006	0,45	0,01	0	0	0,17	0,03	0,65	0	0	0	0,65
2007	0,48	0,02	0	0	0,19	0,02	0,69	0	0	0	0,69
2008	0,47	0,02	0	0	0,20	0,03	0,69	0,02	0	0,02	0,70
2009	0,6	0,03	0	0	0,22	0,04	0,86	0,01	0	0,01	0,86
2010	0,53	0,03	0	0	0,23	0,03	0,79	0,01	0	0,01	0,80
2011	0,55	0,03	0	0	0,24	0,02	0,8	0,01	0	0,01	0,81
2012	0,57	0,04	0	0	0,26	0,01	0,84	0	0	0	0,84
2013	0,60	0,03	0	0	0,25	0,01	0,85	0,01	0	0,01	0,87
2014	0,63	0,04	0	0	0,29	0,01	0,93	0,01	0,42	0,43	1,37
2015	0,65	0	0	0	0,15	0,01	0,81	0,01	0,38	0,39	1,20

Fonte: SIAFI/SIDOR, IBGE.
Elaboração: Tesouro Nacional
 Documento: Tesouro Nacional. “Gasto Nacional do Governo Central”. (2016. pág. 51/52). <Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>> < acesso em: 29/11/2016>

Embora a tabela 02, elaborada pelo Tesouro Nacional apresente dados extremamente importantes para se compreender a composição dos gastos com trabalho e emprego no Brasil, sua elaboração possui uma configuração um tanto quando complexa, o que dificultou um pouco a análise dos dados, todavia ainda foi possível levantar algumas conclusões importantes.

Os maiores gastos ocorreram com o seguro- desemprego e abono salarial, ambos tiveram suas regras alteradas pela LEI Nº 13.134/2015 que restringiu o acesso a ambos os benefícios, afinando as condicionalidades para se ter acesso.

É importante salientar que parte deste gasto com seguro-desemprego está associado ao fato de que, com a flexibilização do trabalho, a rotatividade no mercado de trabalho se torna cada vez maior, e os/as trabalhadores/as acabam tendo o seguro-desemprego como única fonte de renda em caso de demissões.

Embora o consumo tenha aumentado em certo grau isso foi importante para muitas famílias brasileiras, que conseguiram garantir sua alimentação básica. Por outro lado o Brasil continuou a ocupar o ranking de países com pior distribuição de renda do mundo, os ricos continuam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

O investimento em políticas de assistência social e ativação para o trabalho não reduziram a forte precarização do trabalho, ao contrário, a garantia de consumo básico pelos programas de renda como Bolsa Família e aumento do salário mínimo não foram capazes de aumentar o acesso ao trabalho estável como direito social.

O governo, por sua vez, adotou o discurso de que todos e todas temos que se sacrificar para enfrentar crise. Um exemplo visível se apresenta no PPA 2012-2015, que aponta a necessidade de ajuda de todos e todas para enfrentar a crise. A ideia de que todos precisam fazer concessões se intensificou nos últimos anos, e os reflexos do ajuste fiscal acarretaram um uma série de mudanças no ponto de vista previdenciário, que está diretamente correlacionado aos direitos do trabalho.

Esses fatores demonstram que, infelizmente, o PT não foi capaz de superar a condição de desigualdade existente no país, e que a política de conciliação de classes demonstrou seu verdadeiro interesse, proteger as classes mais abastadas, enquanto os trabalhadores/as seguem pagando pelas crises.

CAPITULO III –

TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: O CASO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO DF

A forte ascensão do neoliberalismo no Brasil principalmente após a década de noventa deixou marcas profundas sobre o precariado brasileiro. Essa franja do proletariado é marcada por ocupar os piores campos de trabalho da sociedade e vivenciar uma forte superexploração do trabalho.

... o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto do lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa”. Por três razões principais, essa definição parece-nos mais acertada do que aquela adiantada por Castel e Standing. Em primeiro lugar, ela nos permite localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não como um subproduto da crise de modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*. [...] em suma, identificamos o precariado como a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluindo a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considera-los própria à reprodução do capitalismo periférico. (BRAGA, 2011; p. 18,19)

Partindo da definição apresentada por Braga é possível concluir que o proletariado é a parcela mais precarizada do proletariado, que na maioria das vezes ocupa os piores cargos de trabalho com os piores salários, todavia, estes se diferenciam do lumpemproletariado. O precariado está diretamente inserido no modo de produção capitalista como trabalhadores/as assalariados que se encontram em condição de precariedade, tanto no trabalho quanto nas outras esferas de sua vida social e econômica.

Braga (2012) descreve o desenvolvimento do precariado brasileiro a partir de uma série de experiências sociológicas, explicitando o contexto histórico, econômico, social e político a partir do segundo meio do século XX até a atual fase do capitalismo, que consistiu mudanças importantes para a classe trabalhadora do país e o desenvolvimento do precariado desde o “novo sindicalismo” até chegar ao “lulismo”.

3.1. Caracterização do processo de terceirização do trabalho no Brasil

A expansão do processo de terceirização no Brasil se intensificou na década de noventa e se manteve em avanço nos últimos quase trinta anos, sendo utilizada nos setores de produção de mercadorias, serviços e comércio. A terceirização cumpre um papel essencial

dentro do modo de produção capitalista, garantindo uma maior acumulação pela extração de mais valia pelos capitalistas e conseqüentemente uma maior exploração para a classe trabalhadora.

Antes de debater os efeitos da terceirização é preciso refletir sobre o conceito de terceirização e suas conseqüências. Filgueiras e Calvacante (2015) afirmam que hoje existe uma espécie de consenso entre os intelectuais liberais sobre o tema, definindo a terceirização como um modelo de contratação de uma empresa, por outra empresa, para desenvolver uma parte do processo de produção.

A terceirização é generalizadamente conceituada como a transferência de parte do processo produtivo de uma empresa, a contratante, para por outra organização (normalmente classificada como pessoa jurídica) – a contratada ou “terceirizada”. A ideia é que a contratante passaria a focar as atividades em que seria especializada, deixando de realizar aquelas menos importantes para seus propósitos. A contratada, por sua vez, teria justamente nessas áreas o seu foco, ou seja, seria supostamente especializada nas atividades que foram sujeitas à terceirização. Quando bem realizada, os resultados dessa reengenharia seriam o aumento na qualidade de produtos, serviços e maior eficiência. É esse, em linhas gerais, o argumento empresarial, que enfatizam a necessidade de a empresa definir seu foco de ação, seu core business, e transferir as demais atividades para terceirizadas – luta vitoriosa no Brasil, como apontamos, pois a ideia foi incorporada por súmula do TST que criou, dentro dessa lógica, os termos jurídicos de “atividade-fim” e “atividade-meio”. Em suma, supõe-se que a terceirização seria a radicalização da divisão do trabalho numa economia capitalista “pós-fordista”. Ou seja, se a figura de empresa típica do fordismo foi caracterizada como extremamente vertical, com a reestruturação produtiva adveio um formato de empresa mais horizontalizada, que exigiria a fragmentação do processo produtivo. (FILGUEIRAS e CAVALCANTE. 2015, p. 17).

Nesse sentido, a terceirização deveria garantir que a empresa contratante pudesse se dedicar às atividades consideradas mais importantes para a produção, enquanto a empresa contratada teria responsabilidade de gerir o trabalho terceirizado, garantindo mão de obra qualificada para desenvolver a função, assim a empresa contratante “não teria mais essa preocupação”.

Por outro lado, primeiramente conclui-se que o/a trabalhador/a passa a ser tratado como “menos importante” para a empresa, pois sua função é caracterizada como menos importante e seu vínculo com a empresa também se apresenta como algo “superficial”, pois é a terceirizada que gere seu contrato, paga o salário, garante vale alimentação, paga vale-transporte, das advertências e suspensões... Enfim, embora na “linha de produção” seu trabalho seja para uma empresa, ele não tem direito de cobrar nada dela, e sim da terceirizada.

O modelo de contratação via terceirização se encaixa como uma luva na necessidade de maior acumulação, pois este mecanismo garante um novo tipo de exploração do/da

trabalhador/a, que superexplora não só a sua força de trabalho, mais flexibiliza seus direitos e terceiriza responsabilidades sobre o/a trabalhador/a.

Trata-se da forma de contratação laboral que melhor tem se ajustado ao neoliberal imposto aos mercados de trabalho, concedendo às empresas uma série de benefícios, como a flexibilidade de manejar força de trabalho a um custo econômico e político reduzido. As consequências podem ser ainda mais amplas: internalizar nas mentes e corpos – e, é claro, positivizar no direito – um novo valor e um novo discurso que eliminem o fundamento da regulação social anterior do capitalismo, isto é, que possam dissociar – ideológica, política e juridicamente – a empresa de seus trabalhadores; algo que possa quebrar, portanto, a noção de que há qualquer vínculo entre os lucros auferidos e os trabalhadores necessários à reprodução dessa riqueza. (FILGUEIRAS e CAVALCANTE. 2015 p. 16)

Embora a exploração não seja nenhum tipo de novidade para a classe trabalhadora latino americana o modelo de terceirização acaba trazendo novas características como apontam Filgueiras e Calvalcante (2015). Além da exploração laboral e controle psicológico que acarretam uma série de problemas para a saúde da classe trabalhadora, agora esta passa a vivenciar uma situação de “não-vínculo” com a empresa na qual trabalha, pois o seu vínculo passa a ser com a empresa que contratou seus serviços, garantindo que a empresa contratante dos serviços não seja a responsável direta pelo/a trabalhador/a.

Com base no documento apresentado pela Central Única dos Trabalhadores- CUT, “Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha – dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos” (2011), é possível identificar uma importante contribuição para se analisar as principais características da terceirização no Brasil.

Segundo o documento, com base na RAIS 2013 observa-se que somente entre trabalhadores formais o número de terceirizados é de 26,8% contra 73,2% de contratantes, ou seja, mais de um terço dos/as trabalhadores/as formais são terceirizados, os/as terceirizados/as recebem cerca de 24% a menos; a rotatividade no trabalho é 53,5% maior, e trabalham cerca de 3 horas a mais semanalmente que os/as não terceirizados/as.

Como se não bastasse às desigualdades de direitos e salários, ainda é possível apontar outros problemas acarretados pela terceirização, como por exemplo, o calote das empresas terceirizadas sobre os/as trabalhadores/as. Esse tipo de calote não é novidade para terceirizados/as, pois é comum as empresas decretarem falência e deixarem os/as trabalhadores/as sem nenhum direito, sendo obrigados/as a recorrer à via judicial para tentar amenizar os prejuízos do calote.

A saúde e segurança dos/as trabalhadores/as terceirizados/as também segue em maior risco quando comparada os/as trabalhadores/as contratados/as diretamente, pois não ocorre o devido investimento por parte das empresas em treinamentos e segurança.

Conforme a CUT (2011), os setores com maior número de acidentes são o da Construção Civil, seguido pelo setor elétrico. O número de acidentes frequentes chega a ser quase cinco vezes maior entre terceirizados/as. É possível observar que, conforme cresce o número de terceirizados/as no país, o número de acidentes também foi aumentando.

Para o Ministério, duas podem ser as explicações para essa realidade: a gestão menos rigorosa dos riscos de acidentes de trabalho nas terceirizadas e as tarefas que envolvem mais riscos de serem exercidas, em geral, pelos trabalhadores terceirizados. Esse tipo de problema, afirma o MTE, tem sido observado, principalmente, nas áreas de construção civil, transportes de cargas e energia elétrica. Os inúmeros dados apresentados deixam claro que o lado mais perverso da terceirização são os acidentes e as mortes no trabalho, que acontecem em diversos setores da atividade econômica. Também explicita que, devido à precarização causada pela terceirização, o trabalhador paga um preço alto, muitas vezes com a própria vida, por essa lógica brutal. (CUT, 2011, p. 26).

Partindo dessa lógica conclui-se que o/a trabalhador/a terceirizado/a muitas vezes é obrigado/a e exercer as atividades com maiores riscos e a gestão e também fiscalização do trabalho é “menos rigorosa”. Para além dos acidentes fatais, também é possível observar outros riscos aos quais são expostos os/as terceirizados/as como o trabalho em ambientes insalubres, falta de equipamento de segurança ou equipamentos em más condições de uso, o que impõe uma série de risco à sua vida e à sua saúde.

Dentre as faces da terceirização apontadas pela CUT (2011), destaca-se os ataques aos direitos do trabalho. Direitos já conquistados são colocados em xeque com a terceirização, como, por exemplo, os desvios de funções, trabalho análogo ao escravo, não pagamento de horas extras e o outros.

Outra característica da terceirização está associada à discriminação e ao preconceito que sofrem os/as terceirizados/as, já que não são considerados parte da empresa em que atuam e nem têm o mesmo tratamento que os trabalhadores/as diretamente contratados/as.

A discriminação ocorre pela distinção criada nos locais de trabalho entre trabalhadores diretos e terceiros, seja porque o tipo de trabalho desenvolvido pelo terceirizado é considerado menos importante, seja pelas desigualdades de salário, qualificação, jornada e condições de trabalho. Os trabalhadores terceiros relatam como é difícil e duro terem que utilizar refeitórios, vestiários e uniformes diferentes dos usados por trabalhadores diretos. Condições “diferentes”, no sentido de serem de pior qualidade e precárias. (CUT, 2011, p. 29).

O dossiê da CUT (2011, p. 29) ainda destaca que o tratamento dado aos/s terceirizados muitas vezes acaba ferindo o Artigo 1º da Constituição Federal de 1988, que apresenta os princípios fundamentais que constituem o “Estado Democrático de Direito”. Um desses exemplos é o princípio da “dignidade da pessoa humana”, ao não terem sua dignidade humana respeitada, é como se os/as trabalhadores/as terceirizados/as “não fossem dignos”, ou seja, não são valorizados/as como trabalhadores/as e nem como seres humanos.

A última face apresentada são os “riscos à organização sindical e à negociação coletiva”. A organização sindical está em eminente risco com os avanços da terceirização, pois existe uma espécie de “com a terceirização, passamos a ter diferentes sindicatos presentes em um mesmo local de trabalho ou empresa. Quando se terceiriza a atividade de limpeza ou vigilância, já temos a possibilidade de diferentes representações” (CUT, 2011, p. 30). Para além de vários sindicatos para o mesmo local de trabalho, esses sindicatos, na maioria das vezes, são sindicatos “docilizados”, que tem forte influência da patronal e, por isso, muitas vezes deixam de representar os interesses da classe trabalhadora.

2. O Ramo da Construção Civil e influências da Terceirização

As mudanças no mundo do trabalho acabam afetando significativamente uma categoria que agrega muitos trabalhadores/as, que é o ramo da construção civil, cujos contratos de trabalho são majoritariamente terceirizados, com baixos salários e péssimas condições de trabalho, como falta de segurança e carga horária elevada.

O contingente de trabalhadores/as da construção civil é formado por quase 3 milhões de trabalhadores formais, e esse número seria bem maior se fossem levados em consideração os/as trabalhadores/as informais, todavia, não foi encontrada nenhuma pesquisa que aponte dados sobre os/as trabalhadores/as nessa condição.

Com base na análise realizada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2016), o setor da construção civil vinha crescendo muito nos últimos anos, todavia, no ano de 2015 apresentou-se uma significativa queda, acarretada pela crise econômica, que provocou forte desemprego em varias categorias profissionais do país, com um importante destaque para a construção civil, essa situação por si só já denuncia a relação de super exploração vivenciada no setor, em todo o Brasil

Tabela 03 - ESTOQUE DE TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL						
LOCALIDADE	número de trabalhadores/as					
	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*	2015*
Região Norte	167.366	189.693	207.185	215.420	213.009	165.041
Rondônia	43.021	42.574	43.678	35.653	31.893	20.691
Acre	8.981	7.250	7.984	7.876	8.655	5.674
Amazonas	26.503	36.592	37.453	37.885	29.671	26.054
Roraima	6.055	3.496	4.176	3.517	4.076	3.448
Pará	64.170	79.913	94.120	109.142	114.037	92.015
Amapá	4.679	6.497	7.086	8.254	9.658	5.987
Tocantins	13.957	13.371	12.688	13.093	15.019	11.172
Região Nordeste	598.305	662.736	680.655	699.616	668.128	544.260
Maranhão	63.368	61.350	60.609	59.914	58.371	51.449
Piauí	31.575	30.639	34.360	38.360	37.397	28.312
Ceará	79.319	90.173	88.018	94.983	105.758	94.755
Rio Grande do Norte	41.032	44.561	47.106	46.135	46.507	38.342
Paraíba	34.122	43.987	47.058	50.353	51.159	41.541
Pernambuco	127.171	150.770	158.124	156.531	129.413	92.419
Alagoas	28.253	37.426	36.919	34.015	33.036	28.569
Sergipe	28.741	30.094	30.580	32.691	31.217	27.567
Bahia	164.724	173.736	177.881	186.634	175.270	141.306
Região Sudeste	1.283.647	1.411.078	1.452.688	1.488.514	1.467.619	1.290.745
Minas Gerais	320.184	339.218	363.092	360.561	349.249	285.170
Espírito Santo	62.857	67.272	69.127	64.552	60.698	51.387
Rio de Janeiro	234.181	271.766	299.740	316.302	319.580	274.713
São Paulo	666.425	732.822	720.729	747.099	738.092	679.475
Região Sul	369.018	405.937	414.751	428.014	436.100	389.814
Paraná	142.419	154.560	161.211	159.678	166.840	151.193
Santa Catarina	94.527	105.238	106.402	111.627	114.654	104.750
Rio Grande do Sul	132.072	146.139	147.138	156.709	154.606	133.871
Região Centro-Oeste	215.338	239.687	260.094	262.589	234.571	195.308
Mato Grosso do Sul	28.348	32.117	33.818	39.283	30.422	25.818
Mato Grosso	34.526	38.105	48.061	50.845	48.809	41.012
Goiás	81.200	87.978	98.150	92.621	86.143	75.051
Distrito Federal	71.264	81.487	80.065	79.840	69.197	53.427
TOTAL BRASIL	2.633.674	2.909.131	3.015.373	3.094.153	3.019.427	2.585.168
Fonte: RAIS 2000-2015-MTE.						
Disponível em: http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/rais-ministerio-do-trabalho-e-emprego . <Acesso em: 29/11/2016>						
Elaboração: Banco de Dados-CBIC.						
(*) De acordo com a nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 de novembro/2006.						

A partir das análises apresentadas pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2016), ainda é possível identificar parte do perfil destes trabalhadores/as com base no gênero e escolaridade.

Tabela 04 - ESTOQUE DE TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL* (POR GÊNERO) EM 2015			
Estado	Nº de trabalhadores		
	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Rondônia	17.687	3.004	20.691
Acre	4.912	762	5.674
Amazonas	22.561	3.493	26.054
Roraima	3.014	434	3.448
Pará	83.480	8.535	92.015
Amapá	5.256	731	5.987
Tocantins	10.231	941	11.172
Maranhão	46.911	4.538	51.449
Piauí	26.565	1.747	28.312
Ceará	87.301	7.454	94.755
Rio Grande do Norte	34.006	4.336	38.342
Paraíba	38.150	3.391	41.541
Pernambuco	83.997	8.422	92.419
Alagoas	26.839	1.730	28.569
Sergipe	24.772	2.795	27.567
Bahia	126.622	14.684	141.306
Minas Gerais	258.286	26.884	285.170
Espírito Santo	45.207	6.180	51.387
Rio de Janeiro	246.386	28.327	274.713
São Paulo	611.077	68.398	679.475
Paraná	138.583	12.610	151.193
Santa Catarina	95.019	9.731	104.750
Rio Grande do Sul	121.408	12.463	133.871
Mato Grosso do Sul	23.257	2.561	25.818
Mato Grosso	36.780	4.232	41.012
Goiás	67.899	7.152	75.051
Distrito Federal	47.061	6.366	53.427
Brasil	2.333.267	251.901	2.585.168

Fonte: RAIS 2015-MTE.
 Elaboração: Banco de Dados-CBIC.
 (*) Construção Civil: Atividades descritas conforme CNAE 2.0.

Conforme a tabela 5 mostra, cerca de 2.333.267 dos/das trabalhadores/as são homens, cerca de 90,2%, enquanto apenas 251.901 são mulheres, cerca de 9,8%. Com base na divisão

sexual do trabalho é possível apontar que o ramo da construção civil é um setor majoritariamente masculino. Todavia, o número de mulheres tem tomado maior proporção, chegando a mais de 10% em alguns Estados, como por exemplo: Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Tabela 05- ESTOQUE DE TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO UF E TOTAL BRASIL - 2015										
Localidade	Analfabeto	E. Fundamental Até o 5º ano Incompleto do	E. Fundamental 5º ano Completo	E. Fundamental Do 6º ao 9º ano Incompleto do	E. Fundamental Completo	E. Médio Incompleto	E. Médio Completo	Educação Superior Incompleta	Educação Superior Completa	TOTAL
Rondônia	121	1.304	1.098	3.220	2.754	1.920	9.317	280	674	20.691
Acre	88	640	325	297	621	437	2.857	90	316	5.674
Amazonas	143	1.363	843	3.063	3.590	2.668	12.351	660	1.349	26.054
Roraima	38	145	155	260	490	491	1.671	73	124	3.448
Pará	492	5.572	3.731	12.623	17.878	8.641	39.096	899	2.968	92.015
Amapá	47	441	290	678	941	604	2.710	83	193	5.987
Tocantins	117	827	431	1.219	1.367	1.177	5.328	228	475	11.172
Maranhão	382	3.063	2.774	6.692	8.667	3.265	24.374	516	1.701	51.449
Piauí	557	3.807	2.584	5.825	4.973	2.583	6.662	303	924	28.312
Ceará	1.129	10.079	5.123	12.337	17.864	6.026	36.417	1.688	4.053	94.755
Rio G. do Norte	653	4.601	2.694	4.173	4.904	3.343	15.812	581	1.576	38.342
Paraíba	1.235	6.218	2.894	5.349	6.375	3.003	14.429	610	1.403	41.541
Pernambuco	918	10.428	5.752	11.304	13.686	7.846	35.555	1.876	5.011	92.419
Alagoas	462	5.723	1.669	3.446	3.342	1.729	10.841	436	914	28.569
Sergipe	236	3.166	2.187	4.059	3.955	2.558	9.478	661	1.261	27.567
Bahia	914	11.702	6.845	14.514	15.988	11.830	70.591	1.905	6.350	141.306
Minas gerais	1.993	26.947	20.958	36.558	47.788	26.532	103.358	5.858	15.063	285.170
Espírito santo	413	3.047	2.510	5.787	9.029	5.241	19.748	917	4.274	51.387
Rio de Janeiro	1.347	18.960	18.001	32.060	47.786	23.083	112.002	5.521	15.791	274.713
São Paulo	3.643	42.397	37.571	70.526	128.790	56.754	270.894	16.708	51.475	679.475
Paraná	758	7.997	8.331	15.693	27.369	15.046	65.916	2.670	7.314	151.193
S.Catarina	593	4.489	5.257	10.359	21.786	7.645	47.482	2.265	4.840	104.750
Rio G. do Sul	642	7.061	7.550	20.746	24.556	11.854	52.287	3.712	5.434	133.871
Mato G. do Sul	129	1.792	1.472	4.304	4.391	2.541	9.452	506	1.225	25.818
Mato Grosso	443	3.052	2.152	5.189	5.567	4.562	17.184	917	1.918	41.012
Goiás	711	6.557	4.661	10.108	12.642	8.178	26.387	1.727	4.044	75.051
DF	381	4.927	2.429	5.684	8.684	4.885	20.497	1.248	4.620	53.427
TOTAL BRASIL	18.585	196.305	150.287	306.073	445.783	224.442	1.042.696	52.938	145.290	2.585.168

Fonte: RAIS 2015 - MTE.

Elaboração: Banco de Dados-CBIC

< Disponível: [\(*\) De acordo com a nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0/IBGE de novembro/2006.](http://www.cbicdados.com.br/menu/eprgo/rais- ministerio-do-trabalho-e-emprego.></p>
</div>
<div data-bbox=)

Adotando como referência a tabela 6 é possível concluir que, ao contrário do estereótipo que trabalhadores/as da construção civil não são alfabetizados, a pesquisa mostra que somente 0.71% são analfabetos. Por outro lado, o grau de escolarização não é alto na maioria da categoria: cerca de 7.5% dos/as trabalhadores/as tem até o 5º ano incompleto do ensino fundamental, e 5.8% do 6º ao 9º ano incompleto do ensino fundamental; apenas 17.2% tem o ensino fundamental completo. Somando todas estas porcentagens, cerca de 31.2% dos profissionais da construção civil não chegaram ao ensino médio.

O número de trabalhadores/as que chegaram a cursar o ensino médio e desistiram ou ainda estão cursando é de 8.6% contra 40.3% que chegaram a concluir o ensino médio. Todavia, quando comparamos com o nível superior, observamos que somente 7,6% dos/as trabalhadores tiveram acesso, sendo que cerca de 2% desistiram ou ainda estão em fase de curso.

Existem dois problemas principais em relação aos números apresentados. O primeiro é que esse número só leva em consideração os/as trabalhadores/as formais, provavelmente se fossem apresentados os dados de trabalhadores/as informais os dados poderiam ser bem diferentes, pois na maioria das vezes existe uma relação direta entre baixa escolaridade e informacionalidade, visto que muitas empresas exigem um grau mínimo de escolaridade para contratar com carteira assinada.

O segundo problema está relacionado ao fato que não são apresentados números referentes ao ensino técnico ou tecnólogo, e por isso não se pode avaliar se esses trabalhadores/as investiram em outras formas de ensino para se profissionalizar a fim de atender os interesses do mercado da construção civil e nem se as empresas estão investindo em profissionalização de seus funcionários/as.

Outro elemento de importante destaque é que a tabela inclui não só os/as trabalhadores da base da construção civil, mais também profissionais de nível superior como engenheiros e arquitetos, os números também incluem mestres e doutores.

De modo comparativo com outras categorias, o nível de escolarização na construção civil é muito baixa, o que justifica em parte o tremendo “sucesso” que a exploração pela via da terceirização alcançou nesse campo. Como as/os trabalhadores/as não tem níveis de escolarização muito altos sabem que se perderem seus empregos será muito difícil conquistar outro, e esse “medo” fruto da flexibilização do trabalho é um dos principais mecanismos de se garantir a manutenção da exploração capitalista.

3.2. Segurança, saúde e direitos no trabalho na Construção Civil.

Realizar uma análise a cerca do crescimento da terceirização especificamente na Construção civil é algo muito difícil, pois os dados oficiais quase nunca fazem o recorte entre números de trabalhadores/as diretamente contratados/as e terceirizados/as, todavia, mesmo diante desta contradição é possível analisar essa realidade com base em estudos já realizados.

Nas palavras do título da obra de Grijalbo Fernandes Coutinho (2015), a terceirização é “uma máquina de moer gente trabalhadora”, a terceirização na construção civil é o modelo mais vertiginoso dessa máquina, capaz de destruir a saúde física e psicológica dos/das trabalhadores/as, os/as levando a morte, seja por adoecimento ou por doenças de trabalho:

...a construção civil é o setor que mais mata trabalhadores no Brasil, registrando oficialmente mais de 450 fatalidades a cada ano. Segundo dados a RAIS, desde 2011, a população empregada no setor gira em torno de 6% do total. Contudo, segundo dados do INSS, os trabalhadores da construção são vítimas de mais de 16% das mortes desde 2010. Quando considerados todos os acidentes registrados pelo INSS no setor (incluindo não fatais), eles têm passado de 60 mil, todos os anos, desde 2011, o que equivale entre 8% e 9% dos acidentes líquidos em cada ano (AEAT 2011, 2012, 2013, 2014). (Filgueiras, 2015, p. 62)

É expressivo o número de acidentes de trabalho na construção civil, quando se analisam dados como os sintetizados por Filgueiras (2015). Estudos mostram que cerca de 9% de todos os acidentes de trabalho no país ocorrem na construção civil. Mais uma vez é importante levar em consideração que estes números são referentes apenas a trabalhadores/as formais, e caso fossem avaliados os casos de trabalho informal, com certeza teríamos uma porcentagem bem maior de acidentes.

Figueiras e Cavalcante (2011) analisaram os dados do Ministério do Trabalho e Emprego e apresentam o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AETA. As mudanças acarretadas pela terceirização fazem o campo da Construção Civil se tornar um lugar inseguro, com um aumento crescente em números de mortes e acidentes de trabalho em canteiros de obras.

(...) a partir dos dados dos AEAT, relativos ao período 2006 a 2012, é possível fazer uma primeira avaliação sobre a relação entre terceirização e acidentes na construção. O total de óbitos no Setor Construção cresceu 58,4% no referido intervalo. Considerando apenas a Divisão de Serviços Especializados, o crescimento de óbitos foi de 166,6% (passou de 42 mortes para 112). A intensidade do crescimento das mortes na Divisão dos Serviços Especializados fica ainda mais gritante quando comparada às outras Divisões do Setor Construção. A Construção de Edifícios teve incremento de acidentes fatais de 17,4% (de 109 para 128) no mesmo período, e as Obras de Infraestrutura 39,1% (de 133 para 185 mortes).

Não bastasse, conforme compilação dos dados realizada por Pereira (2014), a taxa de letalidade (mortes divididas pelo total de acidentes) na divisão de Serviços

Especializados de Construção Civil cresceu 28% entre 2007 e 2012, enquanto caiu 5,8% na Construção de Edifícios e 8,2% nas Obras de Infraestrutura. No mesmo período, a taxa de mortalidade da Divisão 43 é a que possui pior desempenho no Setor, evidenciando que o crescimento do número de trabalhadores registrados na Divisão é incompatível com o incremento da quantidade de trabalhadores mortos (PEREIRA,2014, p.14). Enquanto o número de trabalhadores em atividade registrados na Divisão 43 cresce 148% entre 2006 e 2012 (RAIS), os acidentes fatais crescem 166,6% nessa mesma Divisão.” (Filgueiras e Cavalcante, 2015, p. 29)

Refletindo sobre os dados apresentados, é possível ter uma noção ampliada do quanto a terceirização e precarização podem estar ligadas ao aumento do número de acidentes de trabalho. Com o crescimento do número de cargos terceirizados, também se teve um aumento do número de acidentes, proporcionalmente maior do que o número de novas contratações.

É difícil encontrar dados ou pesquisas sobre a condição de saúde do/da trabalhador/as da construção civil que não estejam associados à questão da segurança no trabalho. De forma geral, essa faceta ganha maior enfoque devido aos grandes riscos do trabalho na construção. Por outro lado, não se tem dados em relação a outros tipos de adoecimentos, tanto físicos como lesões e problemas decorrentes de grandes esforços carregando pesos ou por esforços repetitivos, mas caracteriza-se que essa realidade exista.

Os dados sobre adoecimento são ainda mais difíceis de encontrar quando falamos de adoecimento psicológico que é de mais complexo diagnóstico. Por outro lado a OIT em seu documento “Problemas ligados ao álcool e outras drogas no local de trabalho” (OIT, 2008), apresenta um dado muito importante que pode estar ligado a esta realidade: “O consumo de álcool é mais comum entre os homens do que entre as mulheres e profissões dominadas pelos homens, como a construção civil e silvicultura, parecem reforçar essa tendência” (OIT, 2008 p. 21). Ou seja, a construção civil é um campo de trabalho marcado por um significativo número de trabalhadores alcoolistas, tendência que muitas vezes está diretamente ligada à exploração do trabalho, pois diante da frustração muitos/as trabalhadores/as utilizem o álcool ou outras drogas com válvula de escape da realidade.

A terceirização radicaliza a individualização, pois tende a distanciar ainda mais a empresa da responsabilidade por preservar a integridade física daqueles que produzem seus lucros. As declarações empresariais após os infortúnios, apesar de variarem na forma, quase sempre expressam que: “a empresa não tem nada a ver com isso, a culpa é do trabalhador do terceirizado”, ou seja, o mais distante possível da empresa contratante. (Filgueiras, 2015, p.82)

É fato importante concluir que a maior parte das empresas não está preocupada com a saúde e segurança dos/as seus funcionários/as. Ao contrário, muitas vezes quando os/as trabalhadores/as entregam atestados de saúde para consultas, exames ou licenças, passam a

ser perseguidos dentro da empresa, chegando muitas vezes a ser demitidos. Afinal, um/a trabalhador/a doente não tem a mesma funcionalidade para a acumulação capitalista que tinha antes, por isso se torna mais um pedaço de carne a ser moído “nessa máquina de moer gente trabalhadora⁸”.

3.4. As Condições de vida e trabalho do/as trabalhadores/as da Construção Civil no DF

O Distrito Federal tem cerca de 2,6 milhões de habitantes, apresenta uma série de importantes especificidades em comparação as demais regiões, segundo o último estudo social realizado pelo IPEA em 2012 a desigualdade social no DF é a maior do país, “o Distrito Federal apresentou, durante todo o período, desigualdade superior à do país e à da região. Na área rural, a desigualdade é inferior à urbana” (IPEA,2012; p.17), essa disparidade poderia ser ainda maior se comparada com a situação social do Entorno do DF.

De acordo com a tabela da RAIS de 2015, no Distrito Federal existiam cerca de 53.427 trabalhadores/as na construção civil com carteira assinada. Todavia este número também seria bem maior se levarmos em consideração que existem muitos trabalhadores/as que atuam neste ramo sem carteira assinada. Deste total, cerca de 47.061 são homens e 6.366 são mulheres, uma porcentagem de 88% de homens contra 12% de mulheres, o que indica uma porcentagem de mulheres superior à média nacional que é de 9,8%.

No ano de 2011 uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, apontou que 6,5 % das inserções profissionais do DF estavam localizadas na Construção Civil; 91% dos cargos eram ocupados por pessoas do gênero masculino e cerca de 75,8% ocupados por trabalhadores/as negros/as e pardos/as, a maior parte destes com idade superior a 40 anos de idade com baixa escolaridade.

Embora a construção civil represente um percentual menor do universo de ocupados, este foi um dos setores que mais geraram oportunidades de trabalho no período analisado (8 mil) - apenas o setor de serviços criou mais oportunidades (33 mil) – e que os negros estão proporcionalmente mais presentes na comparação com o total da população ocupada, o que, em grande medida, favoreceu a melhoria dos indicadores do mercado de trabalho, neste segmento populacional, como a maior redução no desemprego. (DIEESE, 2011, p. 04)

Com base nesses dados é possível avaliar que de fato ocorreu um crescimento importante no número de empregos no DF. Porém, a realidade do DF reflete a conjuntura

⁸ Esta frase tem como referência ao título da pesquisa de mestrado do desembargador TRT – 10, Grijalbo Fernandes do Coutinho, publicada pela LTr Editora em São Paulo, no ano de 2015.

nacional do trabalho e emprego que vivenciou o processo de crescimento do trabalho formal. Por outro lado, esse crescimento está fincado em áreas de trabalho precárias, com baixos salários e grande rotatividade, realidade que é fruto da chamada reestruturação produtiva.

Segundo o DIEESE (2011), a construção civil no DF foi a área com segunda maior carga horária semanal, perdendo apenas para o setor do comércio. Esse dado também reflete a realidade nacional.

Tabela 06- Horas Semanais Médias Trabalhadas pelos Ocupados(1) no Trabalho Principal, por Raça/Cor no DF 2009 – 2010								
Ano	Setor de Atividade	Total	Negra			não-negra		
			Total	Mulheres	Homens	total	mulheres	homens
2009	Ocupados (2)	41	41	39	43	41	40	43
	Indústria	41	41	35	44	42	37	45
	Comércio	43	45	43	47	46	44	48
	Serviços	40	40	39	42	40	39	41
	Construção Civil	44	44	(3)	44	44	(3)	45
	Serviços Domésticos	39	39	39	(3)	39	39	(3)
2010	Ocupados (2)	41	41	39	43	41	40	43
	Indústria	40	40	35	43	41	36	44
	Comércio	46	46	43	47	47	45	48
	Serviços	40	40	39	42	40	39	41
	Construção Civil	44	44	(3)	44	43	(3)	44
	Serviços Domésticos	39	39	38	(3)	39	39	(3)

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Disponível: DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. 2011. P.05<<https://www.dieese.org.br/analisedped/2011/2011pednegrosbsb.pdf>>
Nota: Raça/cor negra = negros e pardos; raça/cor não-negra = brancos e amarelos.
 (1) Exclui os que não trabalharam na semana.
 (2) Inclusive os demais setores de atividade.
 (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Com base na tabela 7 é possível concluir que a construção civil é um setor que sofre grande exploração em relação à carga horária trabalhada. Por outro lado, não é possível se aprofundar em um recorte de gênero nesta análise, pois não existem dados que comparem a condição entre homens e mulheres. Com base no recorte de raça é possível concluir que não

foram encontradas grandes disparidades entre negros e brancos, com base nesta pesquisa específica.

Tabela 07- PISOS MÍNIMOS A PARTIR DE 01 DE MAIO DE 2016				
CATEGORIA	SALÁRIO HORA	MENSAL (220 HORAS)	EXTRA 50%	EXTRA 100%
SERVENTE	4,54	998,8	6,81	9,08
GUARDIÃO DE OBRA	4,54	998,8	6,81	9,08
MEIO-OFICIAL	5,03	1.106,60	7,55	10,06
OFICIAL	7,02	1.544,40	10,53	14,04

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do mobiliário de Brasília
Diponível em: <http://www.sticmb.org.br/>
Obs: Demais salários
 Os salários fora dos pisos até o valor de R\$ 7.000,00 , aumento de 8,85% em 2 (duas) parcelas:
 A) 4,43% a partir de 1º de maio/2016
 B) 4,42% a partir de 1º de dezembro/2016, aplicados sobre o salário de maio/2015.
 Os salários acima de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), aumento a critério de cada empresa.
 O retroativo será pago em até 4 vezes, sendo a primeira parcela paga na folha de setembro/2016.

Segundo as tabelas de “Piso Construção Civil 2016 DF” e “Piso Construção Civil Goiás” (que abrange o entorno), o salário de Servente/ Guardião de Obra é de R\$ R\$ 998,80 de ½ Oficial de R\$ 1.106,60 e de Oficial de R\$ 1.544,40. São salários muito baixos se considerarmos que estes trabalhadores e trabalhadoras passam cerca de nove horas do seu dia dentro de um canteiro de obras, mais as horas que levam para chegar de suas casas ao trabalho e do trabalho a sua casa, ou seja, mais de metade do seu dia é dedicada ao trabalho.

Diante da lógica da terceirização do trabalho, muitas vezes estes profissionais são contratados com contratos informais, mesmo nas grandes obras, mas não é possível apresentar nenhum número específico, visto que não existem pesquisas deste tipo o que constitui limitação para esta análise.

Infelizmente, a pesquisa referente a dados da construção civil no DF acabou ficando limitada, pois não foram encontradas publicações recentes sobre o tema no Distrito Federal. Diante dessa dificuldade, algumas características do trabalho nesse setor serão abordadas somente a partir da experiência individual dos quatro trabalhadores entrevistados.

3.4.1. A Luta Cotidiana pelo Trabalho e pela Vida

Primeiramente é preciso destacar que dado o pequeno número de entrevistas foi difícil alcançar uma análise mais precisa que atendesse ao objetivo principal da pesquisa, que buscava compreender como a terceirização no ramo da construção civil vem afetando a vida das famílias do/as trabalhadores e trabalhadoras. Por outro lado, foram levantadas informações importantes do ponto de vista objetivo e subjetivo a partir do relato dos/as entrevistados/as.

Outro fator importante que merece destaque é que inicialmente tinha a intenção de realizar entrevistas somente com trabalhadores/as terceirizados/as com carteira assinada. Mas no decorrer da pesquisa foi preciso identificar e entrevistar trabalhadores/as que com relações informais de trabalho, por dois motivos principais:

1. Primeiramente, porque como a maior parte dos contatos se deu por busca em obras terceirizadas, e não se sabia ao certo se o/a trabalhador/a tinha ou não carteira assinada; ao entrevistá-los foi possível identificar que três dos quatro entrevistados não tinham carteira de trabalho, embora dois destes já tenham tido registrado em algum momento da sua trajetória profissional.
2. A segunda razão que fundamenta esta escolha é a observação de um fator elementar acarretado pela condição de terceirização e informalidade, que possibilitou identificar uma tendência de contratação de trabalhadores/as informais por empresas legalizadas.

Em entrevista identifiquei que dois destes trabalhadores/as haviam sido demitidos/as na onda de demissões na construção civil iniciada em 2014, que se desenvolveu após a desaceleração econômica como mostra a tabela 1. Todavia, dada a insuficiência de trabalhadores/as que acarreta atrasos nas obras, estes/as trabalhadores/as estão sendo recontratados pelas empresas terceirizadas de forma totalmente “informal”, ou seja, sem nenhum contrato de trabalho, seguindo uma tendência de maior precarização.

Outro destaque importante é que três dos/as quatro trabalhadores/as entrevistados/as trabalham no Distrito Federal, e um desses mora e trabalha no Município de Formosa, no Estado do Goiás. O que permite fazer uma diferenciação importante entre as condições de trabalho do entorno e dentro do DF.

O perfil dos entrevistados é muito variado, desde a idade até as condições de trabalho. Os entrevistados tinham idades entre 22, 25, 31 e 62 anos de idade. A escolaridade merece fator de destaque, afinal cada um apresentava um nível de escolaridade distinto, sendo um

com fundamental incompleto, um com médio incompleto, um com médio completo e um com superior incompleto. Dois deles se auto-declaram negros, um pardo e um branco.

Todos os entrevistados são do sexo masculino, o que é algo problemático, afinal este trabalho tinha a pretensão de entrevistar mulheres, todavia, não foi possível encontrar mulheres por meio de indicações ou busca ativa. O que limita um aspecto desta análise, afinal, não pode ser analisado de forma totalitária, a feminização do trabalho e seus reflexos como uma dupla ou tripla jornada de trabalho, dividida entre o trabalho e a família. Por outro lado, também se identifica que, embora o número de mulheres tenha crescido no setor nos últimos anos, ainda é muito pequeno, menos de 10% na média nacional.

Nenhum dos entrevistados é natural do Distrito Federal, e somente um deles é morador do DF. Um é Piauiense, um Baiano, um Mineiro e um Goiano. Sendo que o Goiano nasceu, foi criado e trabalha em Formosa, Goiás, cidade onde o transporte público é extremamente precário, por isso leva cerca de 20 (vinte) a 40 (quarenta) minutos de bicicleta, para ir trabalhar todos os dias.

O Piauiense mora no Entorno do DF há mais de 20 anos, na Cidade Ocidental e leva em torno de uma hora e meia de carro para chegar ao trabalho, o Baiano também mora no Entorno a cerca de 4 anos, na cidade de Águas Lindas, levando cerca de uma hora e meia para chegar ao trabalho de moto. Ambos informaram que se precisassem utilizar o transporte público como meio de locomoção levaria mais de duas horas. Por isso, juntamente com outros/as trabalhadores/as da obra fazem uma espécie de “vaquinha” dividindo a gasolina, para ir para o trabalho de moto ou carro. Já o mineiro mora na cidade de Planaltina-DF há mais de 30 anos, leva cerca de uma hora para chegar ao trabalho de ônibus. Todos estes três trabalham em obras no Distrito Federal, mais precisamente na cidade de Brasília.

O tempo necessário para o trajeto de casa para o trabalho da maioria destes trabalhadores é um elemento importante desta análise, pois somadas as horas de trabalho é possível identificar que parte destes trabalhadores passa mais tempo de seu dia se dedicando ao trabalho do que à sua própria sobrevivência, e vivenciando uma relação de superexploração, onde os salários são muito baixos para as funções exercidas.

Dentre os trabalhadores, o que trabalha mais horas semanais é o Baiano, cerca de 9 (nove) horas por dia de segunda a sexta, e 5 (cinco) horas no sábado, totalizando cerca de 49 (quarenta e nove) horas trabalhadas semanalmente. Este mesmo trabalhador era o único que havia permanecido empregado formalmente dentre os entrevistados após a onda de demissões

de 2014. Somado ao tempo utilizado no trajeto de casa para trabalho, mais uma hora de almoço todos os dias, mais as 49 (quarenta e nove) horas semanais, diariamente este trabalhador dedica cerca de 13 (treze) horas do seu dia ao trabalho ou 73 (setenta e três) horas semanais direta ou indiretamente.

O Piauiense trabalhava cerca de 9 (nove) horas por dia, de segunda a sexta, totalizando cerca de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Este trabalhador havia sido demitido acerca de um mês, mas foi recontratado sem carteira assinada, por outra terceirizada, em uma obra que estava atrasada. O mesmo informou que sempre fazia “bicos” independentemente do dia da semana, pois como estava desempregado, ele precisava aproveitar quando tinha algum trabalho. Somando uma hora de almoço por dia, mais o tempo de locomoção de casa para o trabalho, mais as 44 (quarenta e quatro) semanais, este trabalhador gasta cerca de 13 (treze) horas por dia ao trabalho ou cerca de 65 horas semanais.

O Mineiro também trabalha em uma obra sob relações informais, pois foi demitido acerca de dois anos, e por já ser idoso (com 62 anos) não conseguiu ser recontratado com carteira assinada. Este trabalhador informou que trabalhava de segunda a sexta, cerca de oito horas por dia, somadas ao tempo de locomoção, mais uma hora de almoço e as 40 (quarenta horas semanais), de modo este trabalhador dedica cerca de 11 (onze) horas por dia ou 55 (cinquenta e cinco) horas por semana ao trabalho.

Como já destacado, o Goiano não trabalha com carteira assinada, devido ao fato de trabalhar no município de Formosa onde as relações de trabalho são ainda mais precarizadas e todos os/as trabalhadores/as são contratados por empresas informalmente, via terceirização ou quarteirização⁹. Este trabalhador informou que trabalha cerca de 9 (nove) horas por dia, de segunda a sábado, às vezes também no domingo, a depender dos atrasos na obra e dos “bicos” que aparecem. Se somada à uma hora de almoço mais o tempo de locomoção de casa para o trabalho, este trabalhador trabalha cerca de 11 (onze) horas por dia e 66 (sessenta e seis) horas semanais (sem contar os domingos).

Tantas horas do dia, dedicadas ao trabalho faz com que esses trabalhadores se mantenham por muito tempo longe de suas famílias. Por outro lado, somente dois dos entrevistados falaram que o tempo que tem com suas famílias é insuficiente, sendo que só um

⁹ “A “quarteirização” é estágio seguinte ao da terceirização, constituindo-se na contratação, pela Administração, de um terceiro privado, especializado em gerenciar pessoas físicas² ou jurídicas, os “quarteirizados”, que o terceiro contratará para a execução de determinados serviços ou o fornecimento de certos bens necessários ao serviço público. Em síntese: a função da empresa gerenciadora é administrar a execução do objeto cuja execução contratará a outrem. (Torres, 2010, p. 12)

deles disse que avaliou que suas relações de trabalho afetam seu convívio familiar. Todavia, é importante destacar que um dos entrevistados mora sozinho e não convive com a família, por isso disse que não saberia responder a questão.

Apenas um dos entrevistados é casado, o Piauiense, que tem três filhos, vive em moradia cedida pela mãe e sustenta sozinho a família, sem ajuda de benefícios sociais. Os outros três são solteiros, o Goiano mora com a mãe e o irmão em casa própria, e ajuda a sustentar a família, sendo que sua mãe também trabalha, mas como recebe um salário mínimo e tem carteira assinada, a família não tem direito a acessar benefícios sociais.

O Mineiro é solteiro e mora sozinho, mas apesar de ter um casal de filhos, ambos já são adultos e não é responsável pelo sustento dos dois. Ele reside em casa alugada e não tem acesso a nenhum tipo de benefício social. Em situação similar vive o Baiano, que mora com um amigo e também paga aluguel, mas não tem filhos e nem recebe benefícios sociais.

De todos os entrevistados, o Mineiro está a mais tempo trabalhando na construção civil, com mais de 30 anos de serviços prestados como pedreiro, ora formalmente, ora informalmente. O Piauiense está trabalhando na área acerca de 10 anos, sempre como profissional de carpintaria, pois é uma especialização da construção que antigamente pagava um pouco melhor, embora atualmente ele esteja atuando informalmente, sempre trabalhou com carteira assinada.

O Baiano também é carpinteiro e está trabalhando nessa função, acerca de 8 anos, desde que chegou no Entorno do DF, há 4 anos, e tem carteira assinada. O Goiano apesar de ter apenas 22 anos de idade, trabalha como ajudante de pedreiro desde os 15 anos de idade, o que faz com que ele esteja acerca de 7 anos atuando nesta função, sempre informalmente.

Dentre os trabalhadores do Plano Piloto, todos informaram que as normas de segurança são respeitadas, as empresas fornecem o devido equipamento de segurança e existe fiscalização frequente. No Plano Piloto além da fiscalização algumas empresas convidam fiscais do Ministério do Trabalho e outros profissionais capacitados para darem aulas sobre segurança do trabalho e realizam rodas de conversas em canteiros de obras no horário de almoço.

Todavia, em Formosa a situação é bem diferente. O trabalhador de Formosa disse que as normas de segurança não são respeitadas e para ter acesso ao material de segurança os

trabalhadores precisam arcar com a compra dos equipamentos do próprio bolso. Além disso, diz que não existe fiscalização no município.

Todos os trabalhadores utilizam o serviço de saúde pública para seu atendimento e de sua família. Já a Previdência Social é limitada ao único entrevistado com carteira assinada. Todos os demais informaram que não têm acesso à Previdência Social, diante da sua situação de informalidade.

Quando perguntados sobre a preferência entre o trabalho autônomo, informal e o trabalho com carteira assinada, formal, todos os trabalhadores informaram que o trabalho formal é bem melhor, pois devidos os riscos de trabalho, em caso de acidentes eles teriam acesso ao auxílio-doença e demais proteções previdenciárias, e mesmo muitas vezes recebendo a mais quando se recebia na diária, não valia a pena os riscos sofridos.

O trabalhador do município de Formosa, inclusive contou que uma vez sofreu um acidente dentro do canteiro de obras, ferindo o pé, chegando a passar dois dias afastados do trabalho, no terceiro dia foi obrigado a trabalhar machucado, pois os dias não trabalhados eram dias não recebidos e ele não tinha condição de ficar sem receber.

Em relação à condição salarial, os valores também são bem variados devido à condição de trabalhador formal ou informal, à região onde está trabalhando e à função exercida dentro da obra, pois existe uma hierarquia salarial de acordo com a função exercida.

Os trabalhadores informaram que dentro da obra existem os empreiteiros/as que geralmente são os/as “donos/as das obras”, que terceirizam ou quarteirizam os/as trabalhadores/as. Também existem os/as engenheiros/as e os/as arquitetos/as que estão sempre presentes nas obras, e toda obra terceirizada também tem o encarregado da empresa, que seria o fiscal de obras que organiza o trabalho no canteiro e garante que os/as trabalhadores/as cumpram suas funções. Todos/as estes/as trabalhadores/as realizam o trabalho “intelectual” da obra.

No outro lado da obra se encontram os trabalhadores/as que exercem funções mais manuais, divididos entre Mestre de obra ou pedreiro, servente ou ajudante de pedreiro e os demais trabalhadores que são especializados/as em alguma função. São considerados os/as trabalhadores profissionais, estes são os/as carpinteiros, eletricitas, azulejistas, pintores e outros, segundo os entrevistados, geralmente as terceirizadas, quarteirizam esse tipo de serviço, visto que eles só serão necessários em momentos pontuais nas obras. O Mineiro, por

ser mestre de obras, recebe mais que os outros profissionais, cerca de R\$ 120,00 na diária ou R\$ 2.400,00 o mês, o Piaense recebe cerca de R\$5,00 por diária, totalizando cerca de R\$ 2.000 por mês, já o Goiano, na função de servente, recebe apenas R\$ 50,00 na diária, totalizando menos de R\$ 1.000,00 por mês, quando trabalha o mês inteiro. Todavia é importante destacar que nestes valores está incluído o pagamento da passagem e da alimentação sem nenhum outro benefício, visto que eles não têm carteira assinada. Já o Baiano, o único com carteira assinada, recebe cerca de um salário mínimo (R\$ 880,00), todavia tem direito a vale-alimentação e vale-transporte, além dos benefícios previdenciários.

Todos os entrevistados que já trabalharam com carteira assinada consideram que o sindicato é importante, todavia na hora que se questionou se eles se sentiam representados um deles chegou a afirmar que “o sindicato estava mais preocupado em defender os interesses dos empresários do que dos trabalhadores”. Os outros dois disseram que se sentiam representados, porém eles não iam muito nas obras, e o trabalhador de Formosa disse que como eles não têm carteira assinada o sindicato nunca apareceu na obra.

O fato é que se sentindo ou não representados pelos sindicatos, nenhum deles enxergam o mesmo como uma instituição da qual eles façam parte. É como se o sindicato fosse uma instituição a mais do Estado responsável por garantir direitos, e não um aparato da classe trabalhadora na luta por seus direitos.

Quando questionados sobre as maiores dificuldades do trabalho, todos destacaram que os riscos são um dos fatores que mais dificultam o trabalho, porém o trabalhador de Formosa destacou que para ele o que era mais difícil eram as humilhações que ele sofria, tanto por parte dos fiscais que fazem eles trabalharem o tempo todo sem parar, quanto pela sociedade.

Ele enfatizou que quando estava estudando, no curso de ciências sociais no Instituto Federal do Goiás, campus Formosa, às vezes precisava ir direto do trabalho para a faculdade, e sempre sofria muito com isso, pois com a precarização do campus que não tinha banheiros para banho e nem Restaurante Universitário para alimentação, por isso ficava com fome e passava pelo constrangimento de assistir aula todo “sujo da obra”, e sentia a indiferença dos professores\as e colegas de curso com ele. O mesmo afirma que foi obrigado a trancar o curso, pois precisava de tempo para tirar carteira de motorista e tentar comprar uma moto para se locomover mais facilmente, mas pretende voltar no próximo semestre.

Diferentemente de todos os outros entrevistados que afirmaram que escolheram o ramo da construção civil por que o salário era razoavelmente melhor do que os outros setores,

ele informou que escolheu este campo porque nunca conseguiu emprego em nenhuma outra área, visto que na cidade o comércio é pouco desenvolvido e por ser negro, as oportunidades são muito mais escassas.

Neste sentido considero que a partir da análise comparativa desta entrevista com as demais, foi possível identificar que existe uma grande diferença entre as condições de trabalho na capital, das cidades do Entorno do DF. Essas diferenças se expressam na condição salarial que é quase 100% mais baixa, nas condições de segurança e na carga horária, onde muitas vezes não existem folgas nem no domingo. O fato de estar próximos dos órgãos fiscalizadores faz com que os trabalhadores\as da capital tenham mais direitos garantidos.

Outro elemento importante que caracteriza as razões para escolha da área, o trabalhador Piauiense disse que o fato de a construção civil ser um setor que durante muitos anos apresentou crescimento e se expandiu fez com que muitos\as trabalhadores que tinham baixa escolaridade escolhessem atuar no ramo, afinal tinham muitas oportunidades de emprego.

Com base na análise das entrevistas é possível concluir que os objetivos desta pesquisa foram alcançados parcialmente, mas foi possível identificar na fala dos trabalhadores entrevistados a condição de exploração que vivenciam, merecendo um destaque especial para o fato de que a maioria deles dedica mais tempo do seu dia ao trabalho do que a qualquer outra atividade do seu dia-a-dia.

Essa relação de superexploração da força de trabalho demonstra que a expropriação do tempo de trabalho excedente destes trabalhadores é fundamental para garantir o lucro dos empreiteiros, assim como sua condição salarial, que diante da carga horária suportada, é muito baixa.

A fim de garantir maior acumulação capitalista, prevalece a condição de informalidade à que estes trabalhadores vêm sendo submetidos, mesmo que na diária eles acabem recebendo mais do que receberiam tendo carteira assinada. Mas, esse salário só é efetivamente maior quando trabalham o mês inteiro, e não tem direito a nenhum outro benefício com abono salarial, 13º, férias, auxílio-desemprego, auxílio-doença, vale-transporte, vale-alimentação e carteira assinada. A relação com a empresa é de total informalidade, e mesmo que eles prestem serviços a elas, estas não são responsabilizadas pela vida e os direitos de seus trabalhadores.

Pelo fato destes trabalhadores terem um rendimento igual ou maior que um salário mínimo nenhum deles conseguiu ter acesso a benefícios de transferência de renda, mesmo vivendo condições de vida precárias. Três dos Cerca quatro dos e entrevistados afirmaram que precisavam sim fazer “bicos” para complementar a sua renda familiar que era muito baixa, chegando a trabalhar também durante os finais de semana, o que demonstra o caráter seletivo e focalizado da política de assistência social, pois limita o acesso a benefícios de transferência de renda a uma parcela da população que necessitaria de complemento de renda.

Esta análise demonstra que os direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal de 1988, na CLT e nas demais legislações não vêm sendo cumpridos como deveriam. Infelizmente as relações de sucateamento dos direitos vêm se expandindo no ramo da construção civil, o não cumprimento de direitos trabalhistas previstos na CLT como, por exemplo, o direito ao trabalho com carteira assinada, é completamente desrespeitado, o que faz com que outros direitos também sejam violados.

Apesar de ser muito difícil identificar se as condições de trabalho afetam ou não as relações familiares destes trabalhadores, o simples fato de passarem mais tempo com seus colegas de trabalho do que com suas famílias demonstra a incongruência que é o fato destes profissionais não terem direito de acompanhar de perto a vida de suas famílias, o que por si só já afetaria as relações familiares.

Nesse sentido, é possível concluir que as relações de precarização impostas pela terceirização e pela informalidade do trabalho vêm acarretando um nível de superexploração devastador, onde trabalhadores\as tem que dividir suas vidas entre dormir e trabalhar, recebendo baixos salários, encarando a desregulamentação de direitos já conquistados, correndo riscos à sua vida e saúde, sendo muitas vezes humilhados no trabalho e menosprezados pela sociedade, o que faz com que suas famílias sejam afetadas socialmente e economicamente.

Todos os entrevistados afirmaram que não tem acesso a nenhum tipo de meio cultural ou espaço para esporte ou lazer, pois as cidades onde moram não tem espaços que possibilitem acesso a cultura, esporte e lazer, e, ao mesmo tempo, eles não tem tempo para esse tipo de atividade. Tendo a TV aberta e o rádio como únicos mecanismos para se descontraírem. Somente o entrevistado goiano indicou também a leitura como alternativa de lazer.

De todos os entrevistados nenhum tinha casa própria que fosse dele mesmo, apesar de trabalharem na construção, criando casas, prédios e obras públicas seus salários nunca foram suficientes para comprar suas próprias casas, o próprio direito a propriedade privada do que eles trabalham para garantir a outras pessoas, a eles é negado.

Ao serem questionados sobre qual era o maior benefício de trabalhar na construção civil, todos eles ficaram pensativos, dois deles disseram que não conseguiam pensar em nada bom, um outro disse que era o salário, e um deles disse que era o fato de ver tudo se transformar, de um dia chegar no lugar e ver um lugar onde não tinha nada, com o trabalho se transformar em algo enorme, que apesar dos impactos ambientais, ver essa transformação era algo gratificante.

CONCLUSÃO

O ser humano depende do trabalho para se sociabilizar e conseqüentemente se desenvolver, o trabalho que antes era primitivo se desenvolveu, criando novos modelos produtivos, passando do primitivismo ao escravismo, do escravismo ao feudalismo e do feudalismo ao capitalismo, que prevalece a mais de duzentos anos.

Apesar de ser um modelo produtivo extremamente desigual, o capitalismo segue se restaurando. As crises de acumulação, embora apresentem suas contradições, não são capazes de enfraquecê-lo, pois ele acaba se alimentando destas contradições para intensificar ainda mais a exploração e garantir a acumulação de mais-valia mesmo em condições contraditórias.

Nos países de capitalismo periférico, considerados “subdesenvolvidos” (América Latina e África), que nunca vivenciaram o Estado Social amplamente, os impactos da crise são sentidos com muito mais intensidade, pois dentro da divisão internacional do trabalho estes países são responsáveis pela produção a baixo custo, que explora diretamente a força de trabalho humana, pagando salários bem mais baixos do que o necessário para garantir a sobrevivência da classe trabalhadora.

Para se intensificar ainda mais a situação de exploração, desde a década de 1970 o capitalismo passou a vivenciar um novo regime de acumulação, sustentado nas premissas neoliberais, que gera ainda mais precarização para trabalhadores/as e lucro para os capitalistas.

A partir desta lógica, os/as trabalhadores/as da construção civil do Brasil sofrem com a superexploração, trabalham em condições precárias que geram riscos à sua vida e saúde, são constantemente ameaçados com a rotatividade do capital e tem direitos desregulamentados.

Um bom exemplo de desregulamentação de direitos foi identificado por meio das entrevistas, que demonstraram que a construção civil no DF vem vivenciando uma onda de demissões de trabalhadores/as com carteira assinada, para contratação dos/as mesmos trabalhadores/as sem carteira assinada, tendo vários direitos trabalhistas negados.

Também foi possível identificar que apesar de gastarem quase metade das horas do seu dia ao trabalho, estes trabalhadores recebem salários demasiadamente baixos para as funções que desenvolvem, e quando subcontratados por meio da informalidade nem sequer têm direito à vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-doença e proteção social previdenciária.

O tempo que estes trabalhadores passam com suas famílias é muito pequeno, consiste em finais de semana, quando não se tem “bicos para fazer”, pois durante a semana suas vidas são quase que completamente dedicadas ao trabalho, em uma relação de profunda exploração.

Partindo desta análise conclui-se que sim, as relações de trabalho e familiares são afetadas com a terceirização, visto que direitos vêm sendo negados e desregulamentados enquanto suas vidas seguem, unicamente, para garantir a produção e reprodução capitalista.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>> Acesso em: 14 de agosto de 2015.

ALVES, Giovanni. “Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital”. Revista Katálysis: Marx, marxismos e Serviço Social. Florianópolis. Pag: 57-62. V. 16, n. 1 de 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/1997>>. Acesso em: 20/09/2015.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e centralidade do mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2011

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas. uma crítica marxista do governo lula em defesa da revolução brasileira”, São Paulo. Editora Sundermann, 2014.

BEHRING, Elaine. Brasil em Contra Reforma. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003. BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete ;. Política social: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos. In] BOSCHETTI; BEHRING; SANTOS; MIOTO. I; E,R; S,M,A; R, C, T. Os Custos da Crise para a Política Social. In BOSCHETTI, Ivanete; I; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. I; E,R; S,M,A; R, C, T. et al. (org). Capitalismo em Crise. Política Social e Direitos, São Paulo, Cortez Editora, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do Capital, Fundo Público e Valor. In: BOSCHETTI, I. Os Custos da Crise para a Política Social. In BOSCHETTI, Ivanete et al. (org). Capitalismo em Crise. Política Social e Direitos, São Paulo, Cortez Editora, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista. São Paulo. Boitempo. 2012.

BRASIL. Plano de Plurianual 2012-2015.

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Plano de Plurianual 2004-2007.

BRASIL. Plano de Plurianual 2008-2011.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no direito do trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. Revista de Informação Legislativa, v. 37, nº 147, p. 129-144, jul/set 2000. < Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/614>>; <acesso em: 20/09/2016>

CBIC. Banco de Dados: Indicadores econômicos. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/home/>> <acesso em: 24/10/2016>.

DIEESE. A inserção do negro no mercado de trabalho no distrito federal. Pesquisa de emprego e desemprego no distrito federal. 2011. <disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2011/2011pednegrosbsb.pdf>> ;<Acesso em: nov/2016>

DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego No Distrito Federal. PEDDF. Brasília, 2011.<Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2011/2011pednegrosbsb.pdf>>; <acesso em: 21/11/2016>

DIEESE. Estudo Setorial da Construção Civil. Estudos e pesquisas. Nº 51. Brasília. 2010. < Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estpesq51ConstrucaoCivil.pdf>> ; <Acesso em: 21/11/2016>.

DIEESE. “Os negros no mercado de trabalho”. Brasília. 2013. <Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmet.pdf>>; Acesso em: 20/09/2016.

DOWBOR, Ladislav. “O que é capital”. Editora Abril. São Paulo. 2003. <Disponível em: <http://dowbor.org/2003/09/ladislau-dowbor-o-que-e-capital-2003.html/>>; <acesso em: agosto de 2016>.

ENGELS, Fredheric. A origem da família e propriedade privada. Coleção: Grandes Obras do Pensamento Universal 2. Editora Escala. 3ª Edição. São Paulo. 1984

FILGUEIRAS e CAVALCANTE. Vitor Araújo; Silvio Machado. Terceirização: Debate Conceitual e Conjuntura Política. Revista da ABET, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Brasil das desigualdades: “Questão social”, trabalho e relações sociais. Revista SER Social. v. 15, n. 33 (Desafios da Política Social na Contemporaneidade). UnB, 2013.

ILAESE. "Os motivos da revolta popular: Um Balanço Crítico do Governo do PT". . ROMERO; ANDRESSAY e GODEIRO. Daniel, Erika e Nazareno..In GODEIRO, Nazareno al. (org). ILAESE. São Paulo. 2014.

IPEA. Situação social nos estados, Distrito Federal. Brasília.2012 <Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120119_relatorio_situacao_social_df.pdf>; <Acesso em:29/11/2016>

LESSA e TONET. Sérgio e Ivo. Introdução a filosofia de marx. Expressão Popular. 2011.

MANDEL, Ernst. O capitalismo tardio. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotham. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R. (Org). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. 1. ED. São Paulo: Expressão Popular, (p. 141-158).

MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, Karl. O capital: Critica da economia política. Livro 1: O processo de produção de capital. Centelha – Promoção do Livro, SARL. Tradução de: J. Texeira Martins e Vital Moreira. Coimbra, 1974. <Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm>> ; <Acesso em: 01/08/2016>.

MARX, Karl. Trabalho Produtivo e Improdutivo. In: ANTUNES, R. (Org). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. 1. ED. São Paulo: Expressão Popular, (p. 125-141).

NETTO, BRAZ. José Paulo, Marcelo. Economia Política: uma introdução critica. Editora Cortez. 2007.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. (Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil. Universidade de Brasília. 2011

STICMB. Piso e Tabelas Construção Civil. 2014. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do mobiliário de Brasília <disponível em: <http://www.sticmb.org.br/index.php/pisos/piso-salarial>>; <acesso em: 01/09/2016>

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo. Cortez, 2004.

TESOURO NACIONAL. Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015. Brasília, 2016.
<Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>>; <acesso em: 29/11/2016>.

TORRES e DOTI. Jessé Torres Pereira; Marinês Restelatto. Manutenção da frota e fornecimento de combustíveis por rede credenciada, gerida por empresa contratada: prenúncio da "quarteirização" na gestão pública?. Revista Virtual da AGU. Ano X nº 102, julho de 2010. <Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/147929>; <Acesso em: 01/12/2016>

TROTSKY, Leon. O imperialismo e a crise da economia mundial: textos sobre a crise de 1929. São Paulo, Sundermann. 2014.

Documentários:

A 13ª EMENDA. Direção de: DU VERNAY, Ava. NETFLIX. Estados Unidos da América. 2016. Documentário. 100 minutos. <Disponível em Netflix: www.netflix.com>; <Acesso em: 09/11/2016>.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Dados de identificação

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Raça: Gênero:
5. Estado Civil:
6. Escolaridade:
7. Profissão:
8. Cidade onde reside:
9. Tempo de residência no DF:
10. Tipo de moradia:
11. Filhos:

Condições de trabalho

12. Qual seu atual local de Trabalho?
13. Há quanto tempo trabalha no ramo da Construção Civil?
14. Qual sua atual função de trabalho e quanto tempo a exerce?
15. Nas obras onde você trabalha, normalmente são respeitadas as regras de segurança referente a equipamentos e ferramentas?
16. Você trabalha como terceirizado com contrato formal ou informal? Por quê optou por essa opção?
17. Como funciona a hierarquia de trabalho dentro da obra? Como vocês se dividem?
18. Como é a relação dos trabalhadores da Construção Civil com Sindicato, você se sente representado?
19. Você tem direito a folgas semanais?
20. Você tem direito a vale-alimentação e refeição?
21. Quantas horas do seu dia são dedicados ao seu trabalho?
22. Qual a sua media salarial?
23. Quanto tempo leva diariamente para se deslocar entre a residência e o trabalho?

Condições de vida

24. O salário recebido é suficiente para a sobrevivência de sua família ou é preciso procurar outras formas de garantias de complemento de renda, como “bicos”?
25. Sua família recebe algum tipo de benefício social?
26. Você e sua família tem acesso a plano de saúde ou utilizam o SUS?
27. Quais foram as motivações para escolher esta área de trabalho?
28. O que você costuma fazer no seu tempo livre?
29. Quanto tempo do seu dia é dedicado a sua família e o como vocês utilizam esse tempo?
30. Você considera que o tempo que passa com sua família é o suficiente ou gostaria de mais tempo?
31. Você tem algum tipo de vício?
32. O seu trabalho influencia de alguma forma nas suas relações familiares? Se sim, como?
33. Quais são as maiores dificuldades de ser um\ a trabalhador\ a da construção civil? e quais os benefícios?